

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano III n. 27 outubro 2004



Bem-vindo ao

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Tribunal lança programa de visitas

Aos servidores da 1ª Região

Hoje, 28 de outubro, comemora-se o dia do servidor público. A data é oportuna para homenagear todos os que, ao longo dos anos, vêm trabalhando pelo fortalecimento da Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região.

Neste dia, cabe reflexão acerca do papel do servidor público, sempre empenhado em construir um país digno e justo.

Senso de justiça, espírito público, sacrifício pelo bem comum, coragem, desprendimento, respeito e lealdade são alguns dos valores que caracterizam o bom servidor do Poder Judiciário Federal. Nossos funcionários, como braços que o sustentam, valem bem mais do que alguns olhares de menor valia no setor contábil, mormente por integrar carreiras que exigem elevado nível de formação e especialização.

O valor dos grandes seres humanos mede-se pela importância dos serviços que prestam à humanidade. As instituições públicas ganham o respeito da sociedade como reflexo do trabalho dos servidores que as integram.

Os cidadãos brasileiros, nos mais distantes rincões, como novos sujeitos sociais, encontram no servidor do Judiciário Federal alguém pronto para servir como instrumento de resgate da cidadania, oferecendo sua inteligência e capacidade para auxiliá-los, a fim de alcançarmos o bem comum.

Consciente de que a qualidade profissional e a motivação dos servidores constituem condições necessárias para atingirmos elevadas finalidades, a valorização dos funcionários desta Casa é objetivo primordial da atual Administração.

Despertar-lhes a auto-estima e conscientizá-los da relevância de sua missão como agente transformador da sociedade é nossa preocupação diária, pois o desânimo não edifica, a descrença esmaga. Jamais devemos apagar a chama da altivez.

Com esse propósito, concito-os a continuar trabalhando com o espírito sequioso do bem, voltados para os cimos e para a luz, para que possamos contribuir para o maior engrandecimento do Judiciário Federal.

A todos os servidores, o respeito e reconhecimento pelo trabalho que, de corpo e alma, realizam em prol da Justiça.

Desembargador Federal ALOÍSIO PALMEIRA LIMA

Presidente

Justiça de portas abertas

Aproximar a sociedade do Judiciário é uma busca constante de todos que fazem parte da “Família” judiciária e dos gestores de relações públicas.

O Tribunal, por meio da Assessoria de Representação e Programação Social, Asrep, sempre abriu as portas para revelar ao cidadão como funciona a Corte. Recentemente foi inaugurado o “Programa Bem-Vindo ao TRF”, com o objetivo de orientar e direcionar visitas a todos que aqui venham para conhecer o funcionamento dos trabalhos realizados no dia-a-dia da Casa. Na mesma oportunidade foi lançado o vídeo “Tramitação processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região”, ganhador do II Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça no mês passado.

Por falar em premiação, o Tribunal foi novamente premiado; neste mês de outubro. A reportagem sobre os Juizados Federais itinerantes no Jalapão, região de extrema pobreza, produzida pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) em co-parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF), foi ganhadora do VI Prêmio Imprensa Embratel. A matéria, exibida na TV Justiça e TV Cultura, mostra a dificuldade dos Juizes Federais da nossa Região de levar justiça a cidadãos que vivem em regiões distantes e de difícil acesso. Leia nesta edição!

As Editoras
destaque@trf1.gov.br

Sumário

5



Matéria sobre JEF itinerante ganha Prêmio Embratel

12

Seccionais realizam mutirões nos JEFs motivados por correições

13



TRF em parceria com o CJF estreiam programa para ensinar Direito a crianças

25

O Juiz Federal Alexandre Vidigal expõe seu ponto de vista sobre “O Judiciário e a Onu”

PRESIDENTE

Aloísio Palmeira Lima

VICE-PRESIDENTE

Mário César Ribeiro

CORREGEDOR-GERAL

Assuete Magalhães

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Tourinho Neto

Catão Alves

Jirair Aram Meguerian

Carlos Fernando Mathias

Olindo Menezes

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

Ítalo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti

Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

Leomar Barros Amorim de Sousa

DIRETOR-GERAL

Rubens Murga

SECRETÁRIO-GERAL

Paulo Cardoso de Oliveira

ASSESSORA DE

COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes,

Juliana Freire, Lucimar de Melo,

Marcela Correia, Márcia Barroso,

Marília Maciel e Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS REDATORES

Bárbara Nogueira, Camila Santana, José

Alexandre de Souza, Juliana Corrêa e

Raquel Meleiro

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

DIAGRAMAÇÃO

Jordânia J. Alves

Colaboração: estagiários Daniel

Chevallier e Natan Mobley Bertolini

(Diedi)

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues,

Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals,

Saulo Cruz, Vandenei Machado, Bruno

Almeida e Whashington Cardoso

ILUSTRAÇÃO

Saulo Cruz

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica do TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Praça dos Tribunais Superiores -

SAS - Quadra 02 - Bloco A -

Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br/

destaque@trf1.gov.br/

radio@trf1.gov.br/

tv@trf1.gov.br

PCTT 066.02.002-C



Notas

Pleno define lista tríplice

Os juízes federais Ricardo Machado Rabelo, da 3ª Vara Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais, Neuza Maria Alves da Silva, da 5ª Vara Cível da Seção Judiciária da Bahia, e Reynaldo Soares da Fonseca, da 22ª Vara Cível da Seção Judiciária do DF, foram os três magistrados indicados pelos membros da sessão plenária extraordinária que aconteceu no dia 25 de setembro passado para compor a lista tríplice do TRF da 1ª Região. A lista foi encaminhada ao Presidente da República para escolha do novo membro da Corte, que irá ocupar a vaga deixada pelo Desembargador Federal Plauto Ribeiro em razão de sua aposentadoria, ocorrida em julho.

Até o fechamento desta edição, a Presidência da República ainda não havia se pronunciado sobre a escolha.

Comunicação Interna do Tribunal

Foi instituída, no dia 28 de outubro, pela portaria Presi 650-557 a Comunicação Interna Eletrônica, para a troca de documentos administrativos no Tribunal.

Pela norma, a comunicação administrativa interna da Corte deve ser realizada exclusivamente por meio de memorando eletrônico, aplicando-se às unidades administrativas e aos gabinetes de desembargadores federais e de juízes federais das turmas suplementares.

A adoção do novo sistema surgiu da necessidade de agilizar a comunicação entre as unidades, além da criação de mecanismos que promovam a economia de recursos financeiros, materiais e humanos.



Pagamento da GAJ e reajuste do Auxílio-Alimentação

O Presidente Aloísio Palmeira Lima, após concentrar esforços para o pagamento imediato da diferença relativa ao reajuste, de 12 para 20%, da Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), concedido pela Lei nº 10.944/2004 aos servidores, com efeito retroativo a julho deste ano, determinou também o pagamento imediato do valor relativo ao aumento, de R\$ 435,00 para R\$ 484,00, do auxílio-alimentação.



Os reajustes concedidos beneficiaram tanto os servidores do Tribunal como os das Seções Judiciárias da Primeira Região.

Novo clipping eletrônico

Na segunda-feira, dia 08 de novembro, o TRF da 1ª Região ganhará um novo *clipping* eletrônico. A publicação da Ascom, agora mais moderna e completa, além de trazer as notícias da 1ª Região publicadas nos principais jornais do País, também apresentará aquelas publicadas nos principais jornais dos 14 estados que compõem a 1ª Região. O novo *clipping* eletrônico agora é um serviço terceirizado, desenvolvido pela empresa Fábrica de Idéias, que já atende diversos órgãos públicos; entre eles, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Por ser realizado de madrugada, o novo *clipping* estará disponível, diariamente, para consulta e impressão, às 8h da manhã, inclusive aos sábados e domingos.

Além da opção de imprimir a página inicial, que trará os destaques do dia referentes à Primeira Região e matérias destaque de política e economia, respectivamente, o usuário poderá imprimir notícias relacionadas ao STF, STJ, Conselho da Justiça Federal e aos demais TRFs publicadas nos diversos jornais do País, bastando acessar o *link* banca de jornais, selecionar o jornal e a matéria preferida, clicar em gerar o PDF e, depois, em imprimir. Na nova publicação também haverá uma rápida opção de pesquisa e, ainda, um *link*, “Desembargadores”, que mostrará, se houver, notícias publicadas na mídia referentes aos Desembargadores do TRF da 1ª Região.

A Ascom informa que continuará distribuindo, diariamente, aos gabinetes dos Desembargadores Federais uma versão editada do novo *clipping* e que antecipará a entrega para o horário de 10h.

Para acessar o novo *clipping*: www.trf1.gov.br/setoriais/comunicacaosocial/clipping

Prêmio Imprensa Embratel

Matéria sobre JEF itinerante ganha mais uma importante premiação



Pontí Pontedura, Diretor do Programa Via Legal; Repórter Vera Carpes; Chefe da Ascom, Etiene Gomes, e o cinegrafista Carlos Rodrigues

Uma reportagem de televisão que mostra a dificuldade dos Juizes Federais da 1ª Região em vencer distâncias para levar justiça a brasileiros pobres que vivem no Jalapão, interior do estado de Tocantins, emocionou o júri do VI Prêmio Imprensa Embratel e garantiu ao programa “Via Legal”, produzido em co-parceria pelo Conselho da Justiça Federal e pelos TRFs do país, mais um importante prêmio. A matéria foi elaborada pela repórter Vera Carpes, com produção do estagiário Ivan Donizeth, imagens de Carlos Rodrigues, e veiculada em dezembro de 2003 pelas TVs Cultura, Justiça e Cidade Horizon.

A sexta edição do Prêmio Imprensa Embratel recebeu 1.019 trabalhos, distribuídos por 16 categorias e de 896 jornalistas de todo o país. Considerado um dos maiores prêmios do jornalismo brasileiro, o projeto é uma iniciativa da Embratel e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro e tem por objetivo reconhecer trabalhos jornalísticos de grande qualidade e estimular a publicação de reportagens sobre temas brasileiros de interesse da sociedade.

Semelhante ao sistema adotado na entrega da premiação do Oscar, a divulgação dos finalistas do Prêmio foi realizada em duas etapas. Na primeira foram conhecidos os finalistas das categorias e, na segunda etapa, realizada no dia 29 de setembro, no Rio de Janeiro, divulgado o nome do vencedor por categoria. Ao ser chamada para receber o prêmio, a repórter Vera Carpes, emocionada, fez questão de convidar para subirem ao palco o

cinegrafista Carlos Rodrigues, o Diretor do Programa Pontí Pontedura e a Chefe da Assessoria de Comunicação do TRF da 1ª Região, Etiene Gomes. Em seguida, lembrou: “Em meio a paisagens maravi-

Com pouco mais de dois anos de existência, o Programa Via Legal já coleciona importantes premiações do jornalismo brasileiro. Além do Prêmio Imprensa Embratel, recebido pela reportagem “Juizados Especiais Federais – Jalapão I e II”, o programa já foi agraciado com o prêmio Wladimir Herzog de Jornalismo pela série de reportagens “Ditadura” e já conquistou o prêmio especial na categoria “Resgate histórico”, na vigésima edição do Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, pelas reportagens Guerrilha do Araguaia e Ditadura.

lhosas, encontramos seres humanos desamparados pelo Estado, que não existem como cidadãos, e o Via Legal está tentando mostrar como decisões importantes da Justiça podem afetar e amenizar a dor dessas pessoas”.

Ao ser questionada sobre a produção da matéria, a Chefe da Ascom, Etiene Gomes, que também faz parte do Conselho Consultivo do Programa Via Legal, lembrou que a pauta foi sugerida pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos Juizados Especiais Federais da 1ª Região, à época, e

pela Juíza Federal Denise Drummond, Coordenadora dos JEFs em Tocantins, também à época, e que a ida da repórter Vera Carpes ao Jalapão foi custeada pela Ajufer, com todo o apoio da Presidenta da Associação, Juíza Federal Solange Salgado. “Para que a Justiça Federal continue a produzir matérias importantes como esta, é indispensável o apoio e o envolvimento dos magistrados”, resumiu.

“Juizados Especiais Federais – Jalapão I e II” – A matéria, premiada na categoria regional, foi dividida em duas partes. A primeira mostra o drama de populações carentes de justiça, pessoas que não têm condições financeiras de contratar advogados, que vivem abaixo da linha da pobreza. A reportagem mostrou como o projeto “Justiça Vencendo Distâncias”, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, faz a Justiça Federal chegar a lugares remotos do País. Na segunda parte, o Juizado prossegue viagem no Jalapão em locais onde os moradores recebem menos de um salário-mínimo. A maioria procura o JEF para requerer aposentadoria e benefícios. A história dessas pessoas e a importância do Juizado em suas vidas foi o foco da reportagem.

Além da matéria vencedora, que concorreu com reportagens do Correio Brasileiro na “Grande Final”, também foi indicada ao VI Prêmio Imprensa Embratel a reportagem Guerrilha do Araguaia I e II, na categoria nacional “televisão”, concorrendo com quatro matérias produzidas pela Rede Globo.

Maior qualidade de vida com os benefícios da homeopatia



Dr. Hélio Bergo, Diretor da Divisão de Saúde do Tribunal

O médico Hélio Bergo é graduado em medicina desde 1975, professor livre docente de clínica homeopática, presidente da Associação Médica Homeopática Brasileira e Diretor da Divisão de Assistência a Saúde, tendo sido empossado em 14 de julho de 2003.

Nesta entrevista, Dr. Hélio esclarece vários pontos acerca do tratamento homeopático e expõe o conceito de qualidade de vida, enfatizando a participação de servidores nos programas desenvolvidos pelo serviço médico do TRF-1ª Região.

Desde 2000, o TRF-1ª Região desenvolve um programa de qualidade de vida. De que maneira iniciativas como essa influenciam na saúde dos que trabalham no órgão?

Qualidade de vida é o resultado esperado da finalidade dos serviços de medicina, enfermagem, odontologia e psicologia, que é a promoção da saúde. Promoção da saúde compreende o conjunto de diligências dirigidas para favorecer melhores condições de trabalho, moradia, educação, atividade física, lazer, re-

posou, nutrição, convívio social e, no que diz respeito à Divisão de Assistência à Saúde, cuidar da prevenção das doenças.

Como tem sido a participação dos servidores nos programas desenvolvidos pelo serviço médico do TRF-1ª Região, como o de controle de doenças cardiovasculares?

Os servidores participam a contento das campanhas e programas preventivos da Disau; entretanto espera-se um incremento na preven-

ção das doenças, principalmente das crônicas, muito além do que é feito atualmente no TRF-1ª Região.

Vemos que a homeopatia é usada principalmente na prevenção e controle de doenças. Ela consegue ajudar no caso de crises?

As crises são situações tumultuadas, onde uma série de ações e reações se atropelam e por isso devem ser abordadas por diversas frentes: afastar fatores desencadeantes e mantenedores, cuidar de lesões, for-

talescer o indivíduo e abrir o caminho da cura. A homeopatia é uma racionalidade médica capaz de direcionar o doente para a cura.

Em que casos de enfermidade a homeopatia tem apresentado resultados a curto prazo (mais ou menos 90 dias)?

Nas doenças inflamatórias agudas, entre outras.

É verdade que alimentos que contêm cafeína interferem no tratamento homeopático?

A cafeína pode interferir:

a) perturbando a ação de alguns medicamentos homeopáticos;

b) dificultando o organismo a se recompor (seja tratado com homeopatia ou alopatria) e

c) provocando disfunções ou lesões orgânicas.

Depois da série “Homeopatia”, exibida pela Rede Globo no programa Fantástico, a procura pelo tratamento aumentou, diminuiu, ou foi indiferente?

Não tenho dados concretos, mas é possível que mais pessoas tenham se interessado em averiguar o que é homeopatia e hoje se tratem por ela. Aquelas pessoas que já tinham tido experiência prévia bem sucedida com a homeopatia não mudaram sua opinião, tanto quanto aquelas que antes não tinham tido sucesso com algum tratamento.

Os remédios homeopáticos já prontos, como os da Weleda, podem surtir o efeito desejado?

Há preparações de medicamentos homeopáticos juntadas numa única fórmula farmacêutica e que são conhecidos por complexos homeopáticos. Os laboratórios dão nomes comerciais, de fantasia, a essas preparações. Seu uso é muito limitado porque a indicação não obedece ao processo da individualização da prescrição.

“Qualidade de vida é o resultado esperado da finalidade dos serviços de medicina, enfermagem, odontologia e psicologia, que é a promoção da saúde”

O fator psicológico interfere de alguma forma na eficácia dos medicamentos homeopáticos?

Sem dúvida alguma as emoções, sentimentos e crenças que trazemos interferem favoravelmente ou perniciosamente em quaisquer tratamentos, seja homeopático ou não.

No seu entendimento, por que alguns médicos alopatas criticam a homeopatia?

As críticas vêm por desconhecimento dos princípios da homeopatia e por preconceito. Neste caso são críticas destrutivas.

Como tem sido a evolução do quantitativo de profissionais da homeopatia no Brasil?

Na década de 1970 ocorreu um fenômeno que pode ser caracterizado de explosão homeopática no Brasil. Esse grande crescimento do número de homeopatas durou cerca de 20 anos. A partir de então continua crescendo o número de médicos, farmacêuticos, veterinários e também dentistas que se especializam em homeopatia, porém de maneira menor.

Por outro lado, a homeopatia está-se firmando na Rede Pública do SUS, o que demanda a presença de mais especialistas homeopatas. Há um ano, 14 médicos homeopatas tomaram posse na Secretaria de Estado de Saúde do DF especialmente para atendimento na atenção básica.

Que país possui o sistema homeopata mais desenvolvido?

O sistema público de saúde onde a homeopatia mais está presente, e conseqüentemente alcançando o maior número de doentes está, incomparavelmente na Índia. O Brasil ocupa um destacado lugar de projeção em relação ao alcance da homeopatia, principalmente pelo seu reconhecimento como especialidades médica, farmacêutica e veterinária. Quanto a pesquisas a França tem sido um país de projeção, mas, na atualidade, o Brasil é referência mundial em ensino, pesquisa em homeopatia e com avanços importantes na rede pública.



Franceses conhecem JEF virtual

Uma comitiva da Justiça francesa esteve no dia 28 de setembro, na sede do Juizado Especial Federal do DF, para conhecer de perto o trabalho desenvolvido no JEF virtual. Os franceses foram recebidos pelo Diretor-Geral do TRF-1ª Região, Rubens Murga, pela Diretora do Foro da Seção Judiciária do DF, Juíza Federal Isa Tânia Cantão, e pelo Coordenador dos JEFs no DF, Juiz Federal Flávio Dino.

A delegação, formada pelo Presidente da Corte de Cassação, Guy Canivet, e por membros do Ministério da Justiça francês, estava acompanhada pelo Coordenador-Geral da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler. Os visitantes ouviram atentamente a explanação do Juiz Federal Flávio Dino sobre o Juizado virtual e esclareceram dúvidas a respeito do sistema. O magistrado afirmou que a virtualização foi o caminho encontrado pela Justiça Federal da 1ª Região para amenizar as dificuldades do Judiciário brasileiro, como o aumento do número de processos sem que tenha havido proporcional aumento do número de juízes.

O Presidente da Corte de Cassação, Guy Canivet, informou que a França tenta desenvolver um projeto semelhante. Para



ele, o projeto brasileiro é muito interessante e pode servir de modelo para seu país.

Os representantes da Justiça francesa vieram ao Brasil para participar do Seminário Bicentenário do Código Civil Francês, realizado nos dias 27 e 28, pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, no auditório do Superior Tribunal de Justiça.

Segundo o Ministro Ari Pargendler, não é a primeira vez que os franceses mostram interesse pelos projetos de informatização brasileiros. “O Presidente da Corte de Cassação esteve no STJ, no ano passado, e conheceu vários projetos de informática que já foram aplicados na Corte francesa. Nesse particular estamos ensinando os franceses”, afirmou o Ministro.

O Juizado virtual tem chamado a atenção de países estrangeiros. Além dos franceses, duas comitivas de Cabo Verde visitaram recentemente o JEF no Distrito Federal.

O Presidente Aloísio Palmeira e o Coordenador dos Juizados, Desembargador Federal I'talo Mendes, estavam instalando o JEF Virtual no Piauí, na época da visita dos franceses.

Videoteca do TRF um acervo à disposição

O TRF da 1ª Região conta com um verdadeiro acervo de vídeos e DVDs, com eventos, palestras e matérias, inclusive institucionais, produzidos pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom). A videoteca está localizada no 2º subsolo do Ed. Anexo I, na Seção de Produção de Audiovisual.

São mais de 500 fitas e DVDs. Muitas trazem debates ou entrevistas acerca de variados temas jurídicos. Todo o material foi produzido pela Ascom a partir da cobertura de eventos organizados pela Esmaf, Ajufer, Seções Judiciárias e pela Divisão de Recursos Humanos do Tribunal.

Os interessados podem consultar o acervo videofonográfico via intranet, bastando, para tanto, acessar a página do TRF, em Setoriais/Comunicação Social/Acervo Videográfico. As fitas estão disponíveis para empréstimo em número máximo de três por vez e pelo prazo máximo de três dias, mediante preenchimento de formulário próprio no local. O material poderá, ainda, ser copiado com recursos próprios do interessado.



Acervo conta com mais de 500 fitas de vídeos e DVDs

Servidores têm novo representante no conselho deliberativo do Pro-Social

Os servidores têm novo representante no Conselho Deliberativo do Pro-Social: Ionice de Paula Ribeiro, eleita com 43% dos votos, manifestados por meio da



Nova representante Ionice de Paula Ribeiro

Intranet, e nomeada pela Portaria Presi/600-525, de 30 de setembro, publicada no Boletim de Serviço do dia 1º de outubro.

Ionice é servidora do Tribunal há 14 anos e trabalha atualmente no gabinete do magistrado Tourinho Neto, tendo sido, também, assessora na Diretoria-Geral do Tribunal. Ela revelou à Revista Destaque um de seus objetivos frente ao Conselho: “resgatar a importância da participação financeira do servidor para execução das atividades do programa que, atualmente, depende muito mais dessa participação que de recursos da União”. Ela pretende também fiscalizar o cumprimento das normas legais aplicáveis ao Pro-Social e manter o servidor informado sobre a administração do programa, com a atenção sempre voltada para a legalidade, “da qual

não se pode afastar nunca”, concluiu. Resaltou, ainda, o excelente programa de saúde que têm os servidores, com abrangência significativa de cobertura com credibilidade no meio médico, hospitalar, odontológico e laboratorial.

O Conselho Deliberativo é um órgão colegiado presidido pelo desembargador federal presidente do Tribunal e formado por um representante dos magistrados, um representante dos servidores, pelo diretor-geral e pelos diretores das secretarias de controle interno e de programas de benefícios sociais. O Colegiado reúne-se em caráter ordinário e extraordinário, mensalmente, mediante convocação do presidente, com o fim de fazer que sejam cumpridas as competências determinadas no Regulamento Geral do Programa.

Direito à cidadania

No último dia 5 de outubro completaram-se 16 anos da promulgação da Constituição Federal, que traz como dois de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Nesse mesmo dia, 23 estudantes do ensino fundamental tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais dos seus direitos ao visitar o TRF-1ª Região.

Na visita, os alunos da Escola Classe 8 do Cruzeiro foram transportados do bê-á-bá diário para o mundo das leis e processos. Foram recebidos no Salão Nobre pelo Secretário-Geral Paulo Cardoso e assistiram ao vídeo “Tramitação processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região”. Depois, conheceram como é a vida de juiz, com o Juiz Federal Bruno Oliveira, e assistiram a uma sessão de julgamento na Terceira Turma. Ainda conheceram a história do Tribunal, no Memorial, e o funcionamento do estúdio de rádio e TV.

No dia anterior, o Secretário-Geral Paulo Cardoso havia feito visita à escola, quando falou sobre a Constituição

Federal. “Coloquei para os alunos a importância da Constituição na medida em que ela define o homem como sendo o centro de tudo, quer dizer, a Constituição está centrada hoje no princípio da dignidade humana”, diz o Paulo Cardoso.

A estudante Valéria LÍlian sintetizou o que a visita ao Tribunal representou para os alunos: “eu aprendi que a gente tem que respeitar, ser respeitado, votar, cumprir todos os seus direitos e deveres”.



Acima, os alunos atentos às explicações do Juiz Federal Bruno Oliveira. Ao lado, o Secretário-Geral Paulo Cardoso fala sobre a Constituição na Escola Classe 8 do Cruzeiro





Soldados participam do Projeto Soldado Cidadão no Auditório do BGP

Soldado Cidadão a todo vapor!

As aulas do Projeto Soldado Cidadão já iniciaram em todo o País. Na Primeira Região, a maioria dos estados já finalizou a primeira etapa de aulas. No Distrito Federal, as atividades iniciaram no dia 27 de setembro. O Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral foi um dos voluntários. O magistrado minis-

trou aula inaugural sobre cidadania, seguido dos outros voluntários, todos juízes federais da Justiça do DF. “Eu só tenho a expectativa muito forte de que haja uma resposta positiva desses soldados, não só no sentido de eles entenderem o Poder Judiciário, mas de saberem que esse Judiciário está para servir o povo brasileiro”, disse o magistrado.



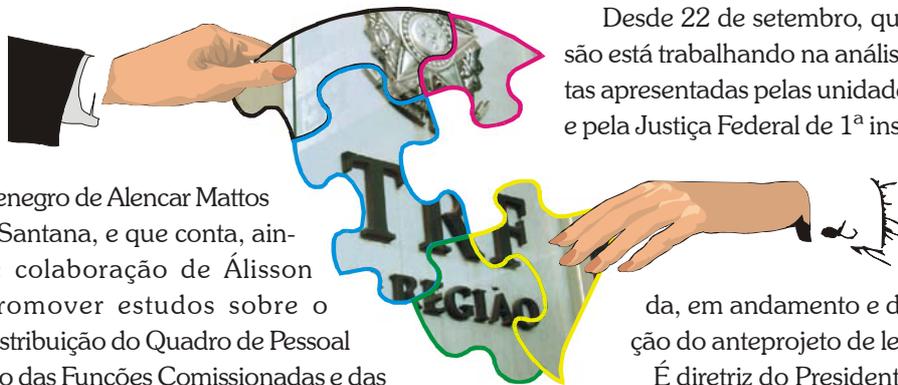
A primeira aula contou com a participação de cerca de 400 soldados. Para o Tenente Coronel Marcos André, Comandante do Batalhão do Exército de Brasília, a participação do Judiciário irá contribuir para o sucesso do projeto: “Além de formação de soldado, esses jovens agora vão ter a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre os seus direitos e deveres para poderem se preparar melhor para a vida”, afirmou o Tenente.

Para o recruta Diego Medeiro, mais que se preparar para a vida, o Projeto vai possibilitar a multiplicação de conhecimentos. Ele pretende repassar o que aprendeu para a família e amigos, contribuindo, assim, para o exercício da cidadania: “Faço questão de passar o que estou aprendendo aqui para as pessoas que convivem comigo, principalmente meus familiares”, afirmou o recruta.

Na Primeira Região estão previstas aulas até dezembro. O objetivo é que as atividades em todo o Brasil finalizem no final deste ano.

Criada comissão para proposta de projeto de lei do TRF

Foi criada pelo Presidente Aloísio Palmeira comissão – integrada pela Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, pelo Juiz Federal Euler de Almeida Silva Júnior e pelos servidores Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá, Elieusa Guedes Brandão, Henocho Montenegro de Alencar Mattos Filho e Nádia Barbosa Santana, e que conta, ainda, com a constante colaboração de Álisson Rodrigues – para promover estudos sobre o dimensionamento e a distribuição do Quadro de Pessoal Permanente e do Quadro das Funções Comissionadas e das Seções Judiciárias da Primeira Região, bem como propor soluções que conciliem as necessidades das unidades jurisdicionais e administrativas com o volume de serviço. Para garantir maior



participação dos envolvidos, a Comissão abriu seus trabalhos para as demais unidades do TRF e das Seções Judiciárias apresentarem propostas e sugestões.

Desde 22 de setembro, quando foi criada, a comissão está trabalhando na análise e estudo dessas propostas apresentadas pelas unidades administrativas do TRF e pela Justiça Federal de 1ª instância para, inclusive, verificar a viabilidade de adotá-las.

O trabalho da Comissão encontra-se, ainda, em andamento e deve culminar na elaboração do anteprojeto de lei.

É diretriz do Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira que sejam reestabelecidas no anteprojeto estruturas de cargos e funções condizentes com as necessidades do TRF, das Seções e Subseções Judiciárias.

Habeas Cantus participa de festival internacional

Coral Habeas Cantus mostra talento no Festival Internacional de Coros Encanta Santos

O Coral *Habeas Cantus* representou o Poder Judiciário no Festival Internacional de Coros Encanta Santos, que aconteceu entre os dias 08 e 12 de outubro, em Santos/SP.

O coral do Tribunal, que tem atualmente 30 membros, contou com seis componentes do Coral Corte e Encanto, do STJ, para a apresentação extra-oficial na Igreja São Judas, que aconteceu no dia 09, e oficial, que foi realizada no Teatro Municipal Brás Cubas, no dia 10.

Para o corista Adelson Vieira Torres, que é integrante do grupo desde 1999 e já participou de diversos corais, como os de Bach – de São Lourenço/MG – o que mais o surpreendeu no encontro foi o entrosamento e a interação dos corais participantes, que possibilitou a todos conhecer novos repertórios.

O *Habeas Cantus* apresentou-se com músicas de Ary Barroso,



Heitor Villa-Lobos, Dorival Caymmi, Vital Farias e outros.

Para que houvesse correspondência à expectativa, a maestrina Cláudia da Silva Costa e o grupo ensaiaram desde setembro, durante nove horas semanais, depois do expediente e nos finais de semana.

O coral do Tribunal prepara-se agora para as próximas atividades, entre outras, apresentação na abertura do IV Congresso do Sindjus/DF, no dia 02/12, organização e apresentação no Concerto de Natal do TRF, com diversos corais convidados, no dia 10/12, apresentação na Fale, no dia 12/12, e concertos natalinos diversos em instituições de saúde e filantrópicas, de 13 a 17/12.

O coral é aberto a todos os interessados e, para fazer parte dele, é preciso inscrever-se com a coordenadora do coral, Ângela, pelos números 314-5486 ou 314- 5294.



Seccionais realizam mutirões nos JEFs

Com o objetivo de desobstruir a pauta de audiências, distribuir o volume de processos pendentes e reduzir o número de feitos conclusos para sentença nos Juizados Especiais Federais (JEFs), algumas Seções Judiciárias da 1ª Região estão realizando mutirões para agilizar os trabalhos e atender os jurisdicionados com cada vez mais qualidade. O esforço concentrado envolve juízes federais e servidores das respectivas seccionais.

Os mutirões tiveram início após a realização de correções nas seccionais de Minas Gerais, Maranhão e Goiás, que contaram com a presença da Corregedora-Geral Assusete Magalhães. Segundo a Corregedora, os trabalhos concentrados estão sendo realizados graças ao apoio do Coordenador dos JEFs na 1ª Região, Desembargador Federal Iraldo Mendes, e do Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira.

Em Minas Gerais, o mutirão foi solicitado pela coordenadora do JEF no estado, Rosimayre Carvalho, ao coordenador dos JEFs na 1ª Região, por meio do ofício n. 208/2004/Cojef/SJMG. Durante o mutirão foram distribuídos 90 mil processos em 19 dias úteis, de 20 de setembro a

15 de outubro. Para chegar a esse número foi necessária uma minuciosa triagem de cerca de 130 mil documentos recebidos (inclusive pelos correios). A Corregedoria do TRF e a Coordenação Geral do JEF da Primeira Região haviam proposto um esforço concentrado por um período de 40 dias úteis; porém a equipe conseguiu reduzir esse prazo em 21 dias úteis.

O mutirão, que envolveu 50 pessoas, contou com a participação de 16 servidores cedidos pelos núcleos da secretaria administrativa da Seccional, toda a equipe do Núcleo Judiciário, cinco servidores cedidos pelas varas, além de 20 digitadores especialmente contratados para esse fim – entre estes, 10 digitadores surdos. No momento, trabalha-se com a autuação de 20 mil processos, que deverão ser remetidos às varas até o final de outubro. Terminados os trabalhos de distribuição, as varas do Juizado Especial Federal na Seccional mineira passaram a ter cerca de 260 mil processos em tramitação – o maior volume de toda a Primeira Região.

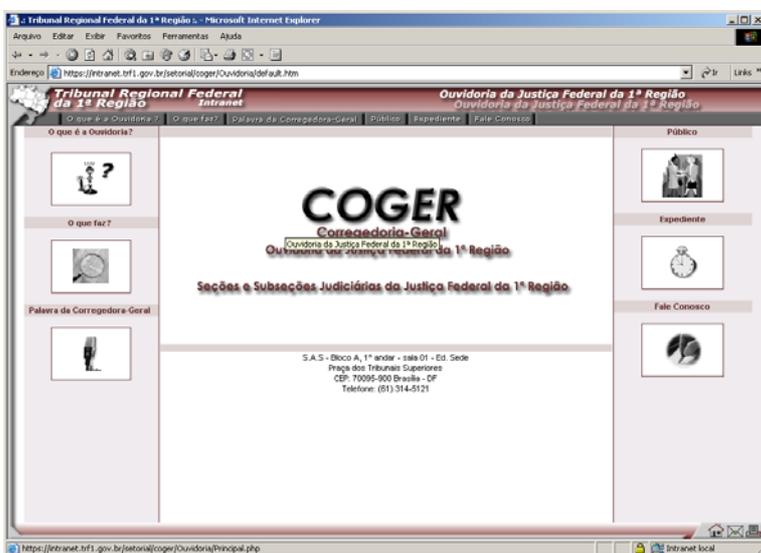
A seccional mineira também está realizando mutirão para reduzir o número de processos conclusos para sentença no

Juizado Especial Federal. Trabalham no esforço concentrado os Juízes Federais Simone dos Santos Lemos Fernandes, Ubirajara Teixeira, Cláudio José Coelho Costa e Carlos Henrique Borlido Haddad, da 2ª Vara, o Juiz Federal José Carlos Machado Jr, da 30ª Vara, o Juiz Federal Guilherme Mendonça Doehler, da 31ª Vara, e o Juiz Federal Fábio Moreira Ramiro, da 32ª Vara.

No Maranhão, a 7ª Vara Federal, onde funciona o JEF, está realizando mutirão para adiantar as audiências desde o dia 18 de outubro. A expectativa é de que os trabalhos sigam até o recesso forense, em dezembro. Até lá, espera-se que seja dado andamento a cerca de cinco mil e quinhentos processos. Participam do mutirão os Juízes Federais Ivo Anselmo Hön Jr, da 1ª Vara, e Ricardo Felipe Macieira, da 6ª Vara.

Em Goiás, a expectativa é que o mutirão seja realizado no mês de janeiro e que, até fevereiro de 2005, as audiências dos aproximadamente 1500 processos, marcadas para até outubro de 2005, já tenham sido realizadas, e as respectivas sentenças, proferidas.

Ouvidoria da Justiça Federal



Desde o dia 11 de setembro está disponível na página eletrônica do Tribunal, o serviço de Ouvidoria oferecido pelo TRF-1ª Região à sociedade, desde 2002, por meio da Corregedoria-Geral. Também foram instaladas urnas nos prédios das Seções e Subseções Judiciárias de toda a Primeira Região. Em ambos os casos, a resposta pode ser dada via telefone, e-mail, carta ou, até mesmo, por meio de audiência.

O atendimento da Ouvidoria é feito, ainda, por telefone ou mesmo pessoalmente, de segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas.

Contatos:

- Telefone: (61) 314-5121
- e-mail: ouvidoria@trf1.gov.br
- endereço eletrônico: www.trf1.gov.br/novidades do "site"
- carta ou pessoalmente: Ouvidoria da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1ª Instância SAS, Bloco A, 1º andar – sala 01 – Ed. Sede – Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70095-900 Brasília – DF.

Aprendendo Direito desde criança

O Centro de Produção de Programas da Justiça Federal para Televisão (CPJUS), do qual fazem parte os TRFs e o CJF, lançou, no dia 7 de novembro, a série de TV “Chico e Pipoca”, destinada ao público infantil. O novo programa tem por finalidade tornar fácil e divertido aprender e refletir sobre o Direito desde criança.

O lançamento do programa aconteceu no Supremo Tribunal Federal. Ministros, desembargadores, políticos, servidores, e professores e alunos da Escola Classe Riacho Fundo Rural e do Inei da Asa Norte participaram do evento. Como representantes da 1ª Região estavam a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida e o Juiz Federal Reynaldo Soares. Os protagonistas da série, a garotinha Pipoca e o boneco de pano Chico, também. Juntos, os dois prometeram que tentarão esclarecer todas as dúvidas da criançada. “Vamos garantir o direito da informação à criança, não é Pipoca?”, disse confiante o boneco Chico.

Na ocasião, o Coordenador da Justiça Federal, Ministro Ari Pargendler, de uma forma bastante didática, explicou às crianças o que é a Justiça. “Digamos que eu faça parte da “Liga da Justiça” (desenho animado com um grupo de super-heróis) e, quando preciso resolver problemas, escolho sempre pelo que é correto”. Em seguida, afirmou que sua arma para lutar contra o mal era apenas uma caneta. A garotada entendeu a explicação e divertiu-se com algumas brincadeiras do Ministro.

O Ministro do STF Eros Graus também fez uma breve explanação e afirmou que “despertar o conhecimento das leis nas crianças é a certeza de haver cidadãos mais interessados no futuro”.

Já a Senadora Patrícia Saboya, que presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito da Exploração Sexual Infantil, afir-

mou que muitos problemas com a infância brasileira, como a exploração sexual, estão ligados à falta de informação. “Este programa é uma iniciativa importante que irá ajudar na conscientização das crianças no que diz respeito a seus direitos e deveres”, afirmou.

Atualmente, “Chico e Pipoca” está sendo transmitido pela TV Justiça todas as terça-feiras, com início às 9 horas da manhã. Além do episódio “Papagaios”, outros 10 já estão gravados, como “Vovô quer se aposentar”, que fala sobre Juizado Especial Federal, “E rua é casa?”, que traz uma abordagem sobre a questão do menor abandonado, e “Garotas mega, extra, superespeciais”, que traz uma séria de reflexões sobre a discriminação no Brasil. Mais informações, no site www.cjf.gov.br.

Após os discursos, as crianças e os adultos presentes ao evento puderam assistir com exclusividade ao episódio “Papagaios”, que abordou a polêmica questão do tráfico de animais silvestres. Na TV Justiça, o programa foi ao ar, pela primeira vez, no dia 12 de outubro, às 9h da manhã.

O programa – “Chico e Pipoca” tem duração média de 15 minutos e é o primeiro programa da TV brasileira que trata de temas relacionados ao Direito com uma abordagem voltada para o público infantil. De maneira simples, os episódios tratam questões polêmicas que podem envolver o dia-a-dia das crianças. “O programa não pretende ser um manual de direito, mas tem o objetivo de fazer crianças e adultos refletirem sobre temas importantes”, afirmou o Diretor do Programa Lourivaldo Ponti. Tráfico de animais

silvestres, juizado especial, invasão de terra, trabalho escravo são alguns dos assuntos que serão discutidos pelo programa infantil.

No quarto de Pipoca, uma menina bastante curiosa, uma cama e um espelho que falam servem de preâmbulos para que se responda a várias perguntas, eliminando-se dezenas de dúvidas. O boneco Chico, o melhor amigo de Pipoca, representa o bom senso, o juízo, e sai de dentro de um baú para contar histórias sobre o tema em discussão e para ilustrar os casos. Pipoca é representada pela atriz Joana Abreu, e os outros personagens são bonecos e fantoches do grupo Cortejo Cia de Atores.

“Chico e Pipoca” também apresenta o quadro “Disse Mário, o dicionário”, que explica palavras desconhecidas das crianças que são usadas durante o programa.



Chico e Pipoca – Programa de Direito voltado para o público infantil



Ministro Ari Pargendler recorreu à “Liga da Justiça” para ensinar Direito às crianças



Primeira Região insta

A Justiça Federal da Primeira Região, por meio da Secretaria de Informática do TRF, desenvolveu tecnologia de ponta para oferecer à comunidade uma prestação jurisdicional mais célere nas causas de valor de até 60 salários-mínimos. É o sistema dos Juizados Especiais Virtuais. Seis desses juizados já foram devidamente instalados; nas Seções Judiciárias do Acre, Amapá, Tocantins, Piauí, de Mato Grosso e do Distrito Federal, seccional pioneira na utilização do processo virtual desde 2003.

No período de abril de 2003 a setembro de 2004, 29.120 processos foram distribuídos para os Juizados virtuais. Dados da Divisão de Estatística do Tribunal verificam, ainda, que somente no mês de setembro deste ano, aproximadamente 27.740 autos tramitam nos Juizados virtuais.

Em setembro, durante solenidade de instalação do JEF no Piauí, o Presidente do TRF-1ª Região, Desembargador Aloísio Palmeira, destacou a todos os presentes que este é o século da informação. “Vivemos em um tempo que exige um conjunto de soluções rápidas e práticas que somente a Informática pode oferecer”. Em seguida, afirmou que o Juizado virtual agilizará a celeridade dos julgamentos e contribuirá para que o País seja mais justo e mais solidário.

No dia 10 de outubro, o Presidente instalou o JEF virtual na Seccional de Cuiabá. Para o Coordenador dos Juizados Especiais Federais na Primeira Região, Desembargador Federal Ítalo Mendes, os Juizados representam um momento histórico, uma vez que “países estrangeiros vêm ao Brasil movidos pela curiosidade de conhecer a tecnologia do Juizado Virtual”, referindo-se à comitiva francesa que esteve, recentemente, na Seção Judiciária do Distrito Federal para conhecer a novidade.

Em breve, será instalado em Rondônia mais um Juizado virtual. O ciclo de instalações está previsto para encerrar em 2005,

período em que as demais Seccionais poderão agilizar o andamento processual e, assim, beneficiar os cidadãos.

Durante a instalação dos Juizados virtuais em Teresina e Cuiabá, o Presidente Aloísio Palmeira participou de duas solenidades que chamaram a atenção pela contribuição ao exercício da cidadania. Confira abaixo:

Ferramenta do saber – Nas obras do edifício que irá abrigar a nova sede da Seccional do Piauí, aconteceu a solenidade de entrega do certificado de alfabetização para 30 operários que trabalham na construção do novo prédio. O curso “Ler para construir” foi uma iniciativa do PGQVT local e buscou na parceria a principal ferramenta para que os trabalhadores realizassem o sonho de aprender a ler e a escrever.

As aulas foram ministradas por duas professoras voluntárias da Secretaria de Educação de Teresina numa sala de aula improvisada no primeiro andar do prédio. As carteiras e o material escolar foram doados pelo Banco do Brasil. A dificuldade de alguns alunos de ler e acompanhar as lições escritas no quadro foi superada com exames de vista e a doação de óculos de grau realizados por médicos voluntários do Batalhão de Polícia do estado.

Na ocasião, o Presidente Aloísio Palmeira destacou que a iniciativa é um exemplo que pode ser copiado por outras instituições e frutificar no país inteiro.

Ler e escrever para alguns dos estudantes significou a realização de uma nova conquista. Para outros, como o Sr. José Ribamar, 59 anos, o primeiro passo de um sonho antigo: “ler a Bíblia”, declarou.

Cartão telefônico – os Juizados Especiais Federais inspiraram a empresa Bra-



sil Telecom em Mato Grosso, que criou um cartão telefônico alusivo aos JEFs. O cartão para orelhões públicos traz na frente a arte oficial dos Juizados Itinerantes e, no verso, o telefone de atendimento ao público dos Juizados nas 14 Seções Judiciárias da Justiça Federal. Para o representante da empresa no estado, Sérgio Antunes Lemos, o cartão é uma forma de divulgar a existência dos Juizados, levando ao conhecimento do cidadão tão importante serviço.



Coordenador dos JEFs na Primeira Região, Desembargador Federal Ítalo Mendes, Presidente Aloísio Palmeira Lima e Desembargador Federal Antônio Ezequiel segurando o cartão telefônico simbólico

ala Juizados Virtuais



Autoridades na solenidade de instalação do Juizado Virtual na Seccional de Cuiabá e do Piauí



A equipe de informática do TRF-1ª Região, responsável direta pela implantação dos Juizados Virtuais, não mediu esforços para a concretização do projeto. Em apenas cinco meses, o grupo desenvolveu o novo sistema, que eliminou o papel e está garantindo mais agilidade nos julgamentos dos Juizados da Primeira Região. Segundo o Diretor da Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Disis), Mário de Sena Braga, aplicar as novas tecnologias, ainda desconhecidas pelo grupo, em curto espaço de tempo, foi um dos principais desafios, “ utilizamos o Banco de Dados Oracle para o armazenamento dos dados e documentos. Para a programação das telas e procedimentos utilizamos o Visual Basic e, na consulta via internet, usamos o software livre PHP”, explicou. “Vencemos todos os obstáculos e estamos atualmente desenvolvendo novas facilidades na Internet e permitindo comunicação com banco de dados de Seccionais diferentes”, afirmou.

A equipe, coordenada por Mário Braga, é integrada pelos analistas Daniel Áreas Brito (gerente técnico), Yuri Oliveira de Andrade Freitas (coordenador de projeto), Janderson Casado de Vasconcelos Santos

(responsável pela Internet) e Renato Sucuski S. Siqueira (responsável pela automatização do petição eletrônico), e pelos programadores Bruno Nunes dos Reis, Jair Rocha Taboada e Leonardo Santos de Leles. Atentos às novas tecnologias do mercado para aperfeiçoamento do sistema, atualmente, os profissionais da Disis estudam a inclusão da biometria (leitura da impressão digital) na autenticação dos documentos.

Esforço concentrado



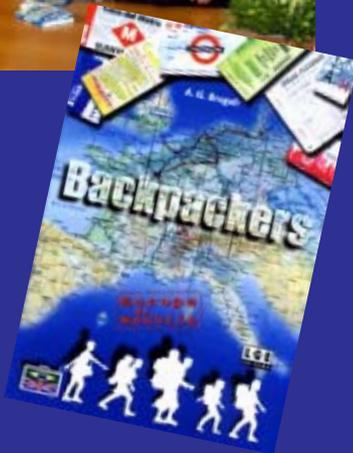
Equipe de informática desenvolve novas tecnologias para implantação dos Juizados virtuais



Secretário-Geral Paulo Cardoso, Diretor-Geral Rubens Murga, Presidente Aloísio Palmeira e Gláucio Braga



Livros



Foi realizado, no dia 19 de outubro, no Espaço Cultural do TRF-1ª Região o lançamento do livro “Backpackers – Europa de Mochilas”, escrito pelo servidor da Diseg Gláucio Bragh.

O autor, que estudou em 1998, por alguns meses, nas cidades de Brighton e Londres, inspirou-se nessa aventura para desenvolver seu livro. “Os países e cidades citados no livro foram realmente cenário em minha verdadeira viagem como mochileiro pela Europa”, disse o escritor.

Publicado pela IGE Editora, o livro teve como pano de fundo o cenário europeu. A história gira em torno de dois jovens que, de mochilas nas costas, empreendem uma viagem à Europa. Com o propósito inicial de buscar a prima Dharma, que se encontrava na Europa, mais precisamente em Londres, a viver uma vida meio cigana, o personagem principal, Kácio, chega ao continente por incumbência do Tio.

A ficção resgata um pouco do movimento *hippie*, que se proliferou na década de 60 e 70 nos Estados Unidos e se espalhou mundo afora, marcando uma geração e um estilo de vida mais despojado e solto. A mochila tornou-se o símbolo dos valores que esse estilo de vida representava e marcou toda uma geração.

A própria vivência do autor em viagem pelo continente no estilo “mochileiro” serviu para que o livro se tornasse um misto de ficção e realidade. A história procura explorar a miscelânea cultural que faz do continente europeu o *habitat* de povos de diferentes hábitos e costumes.

No dia 22 de outubro, o Juiz Federal Vallisney de Souza Oliveira lançou, no TRF-1ª Região, o livro “Nulidade da Sentença e o Princípio da Congruência”, publicado pela editora Saraiva.

A obra busca desenhar e matizar os limites da decisão judiciária final do juiz de primeiro grau em relação ao pedido da parte. Como o próprio tema sugere, o estudo apresentado na obra versa sobre o princípio que relaciona a sentença e o pedido no processo civil e as nulidades decorrentes da infração dessa correspondência. A obra, portanto, objetiva demonstrar a relação entre a congruência e os princípios que lhe dão suporte, que a excepcionam ou que lhe são vizinhos; proposta esta que engloba estudo comparativo da matéria, apresentando a história e analisando a matéria em outros países.

Apesar de tema pouco explorado pela bibliografia afim, tendo servido somente em poucas ocasiões a comentários em capítulos de manuais de processo civil, constitui assunto fundamental para o processo civil, refletindo em toda a estrutura de demanda. É o conhecimento do “Princípio da Congruência” que fornece condições de apontar exatamente a congruência ou a incongruência entre a sentença e o pedido.

No livro, composto de seis capítulos, o magistrado apresenta um estudo conceitual, faz um levantamento histórico, discorre sobre a congruência e sua relação com outros relevantes princípios para o tema, analisa as manifestações processuais das partes, como petição inicial, contestação e outras, finalizando com a congruência objetiva da sentença com o pedido.



Presidente do Tribunal Aloísio Palmeira Lima e o Juiz Federal Vallisney de Souza

JEFs são tema de seminário

O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal promoveu um seminário sobre os Juizados Especiais Federais, para 21 juízes e servidores que atuam nos JEFs de todo o País. O evento aconteceu entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro, no auditório do Centro de Treinamento da Justiça Federal (Centrejufe), em Brasília.

Entre os palestrantes estavam desembargadores federais, que falaram sobre vários temas. O magistrado Tourinho Neto expôs o assunto “JEFs a serviço de quem?” Já a Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida falou sobre os Juizados itinerantes.

Além disso, os coordenadores dos JEFs das cinco Regiões discutiram os obstáculos encontrados na concretização do projeto dos Juizados. O Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Desembargador Federal I'talo Mendes, ressaltou que o número de juízes é pequeno em relação à quantidade de trabalho existente nos Juizados. “Com isso, destina-se um magistrado para um local, sabendo-se que a outra localidade ficará desfalcada”, afirmou o coordenador.

O Desembargador explicou, ainda, que outro obstáculo para a instalação dos JEFs é a “obstrução mental”, ou seja, a rejeição de alguns juízes em participar dos JEFs devido às peculiaridades do trabalho nos

Juizados. Mas, para o magistrado, essa dificuldade está cada vez menor, visto que os resultados dos JEFs são bastante positivos.

Outros pontos a respeito do tema foram levantados pelos demais coordenadores, como a falta de planejamento nos Juizados e o tratamento conferido aos JEFs pela grande imprensa. Segundo o coordenador dos JEFs da 3ª Região, José Eduardo Santos Neves, somente os jornais populares, que divulgam suas informações junto às comunidades mais carentes, fazem cobertura

jornalística sobre o trabalho dos Juizados.

O seminário sobre os Juizados Especiais Federais faz parte do objetivo do Centro de Estudos Judiciários do CJF de melhorar a prestação do serviço jurisdicional à sociedade, com maior agilidade e transparência.



O Magistrado Tourinho Neto (segundo à esq.) falou sobre “JEFs a serviço de quem?”



Juizados Federais Itinerantes foi o tema da Desembargadora Selene Maria de Almeida, que já foi coordenadora dos JEFs na 1ª Região



O Coordenador dos JEFs na 1ª Região, I'talo Mendes (terceiro à dir.), debateu com os outros coordenadores sobre os obstáculos encontrados na concretização do projeto dos Juizados



Bem-vindo ao

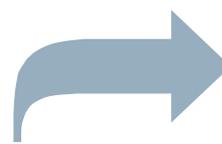
O TRF-1ª Região abre suas portas para a comunidade. Este é o objetivo do programa “Bem-vindo ao TRF-1ª Região”, lançado no final do mês de setembro. O programa Bem-Vindo ao TRF da Primeira Região é um projeto de visitas orientadas direcionado a todos os que queiram conhecer o funcionamento do órgão e, principalmente, aos alunos dos cursos de Direito. Os visitantes assistem a um vídeo sobre a tramitação processual na Justiça Federal e no TRF da Primeira Região e ganham material didático sobre o Tribunal. Os visitantes recebem uma pasta que contém o manual Bem-Vindo ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a Revista do TRF-1ª Região, a revista sobre o Juizado Especial Federal, a cartilha do



A chefe da Asrep, Andréa Ghisi, o Presidente Aloísio Palmeira e o Secretário-Geral Paulo Cardoso no evento de lançamento do Programa

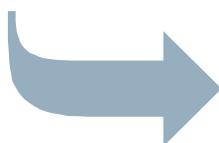


Chegada ao Tribunal



Palestra

Visita ao Memorial



As visitas podem ser agendadas na Assessoria de Representação Social, pelo telefone 314-5372

TRF-1ª Região

JEF virtual, caneta e bloco de anotações e um questionário de avaliação do programa. Além disso, conhecem as instalações da Casa como o memorial e o estúdio de rádio e TV internos, onde são produzidos programas para a Rádio e a TV Justiça, além das produções veiculadas na Rádio e TV internas do órgão.

Segundo a Chefe de Assessoria de Representação e Programação Social do TRF-1ª Região, Andréa Ghisi, o Tribunal recebia, até 1999, 100 estudantes por ano; em 2000, esse número duplicou. Neste ano, já visitaram o Tribunal 350 estudantes.

Lançamento do programa – Em solenidade realizada no dia 22 de setembro, no Salão Nobre do Tribunal,

foi lançado o programa de orientações às visitas no Tribunal e a cartilha do programa Bem-vindo ao TRF. A chefe da Asrep, Andréa Ghisi, abriu o evento falando como surgiu a idéia, da Ministra Eliana Calmon, de criar o programa. Na época a magistrada era Juíza no Tribunal e fazia as palestras para os estudantes, em 1995.

Na mesma ocasião também foi lançado o vídeo “Tramitação Processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região”, apresentado pela Chefe de Assessoria de Comunicação Social, Etiene Gomes. O vídeo recebeu, na categoria “vídeo institucional”, o II Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça.

Muito prestigiado, o evento contou com a presença de diversas autoridades, dirigentes e servidores da Casa.

Entrega de material didático



Visita ao estúdio de rádio e TV do Tribunal

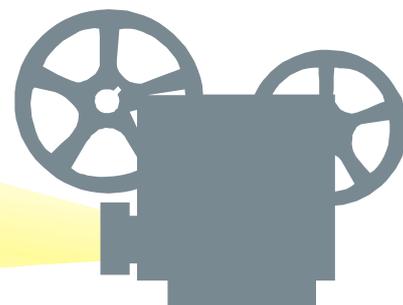


Alunos assistem a uma sessão de julgamento



Vídeo Institucional

O vídeo, produzido pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom) em parceria com a Assessoria de Representação Social (Asrep) e vencedor do II Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça na categoria “vídeo institucional”, é apresentado a todos os visitantes do Tribunal e trata sobre a tramitação processual na Justiça Federal e no TRF-1ª Região.





Exposições

“Alma”

Brasiliense nascido em 24 de dezembro de 1962, Octávio de Freitas encontrou na pintura uma forma de manifestar seus sentimentos, funcionando seus quadros como espelhos que refletem seus variados estados d’alma.

Octávio, que, no período de 24 de setembro a 08 de outubro, expôs suas obras no espaço cultural do TRF, neste mesmo ano de 2004, participou de mostras individuais no Salão Negro do Palácio da Justiça e na Organização das Cooperativas do Brasil.

O artista plástico utiliza texturas e materiais diversos (madeiras, pedras, metais) sem nenhum academicismo, mas com muito vigor.

A Combinação de tintas, cores, texturas, colagens, aplicadas sobre as telas, são concebidas a partir de um “momento psicológico”, em perfeita sintonia com seu estado de espírito.

Para Octávio, o objetivo principal de suas obras é fazer o observador projetar-se nas obras, resgatando assim as emoções.



“Prima Cores”



Renata Leitão

Em comemoração do dia das crianças, as servidoras do TRF-1ª Região e artistas plásticas Dalva Sobral, Renata Leitão e Sônia Guimarães decidiram unir-se e expor no Espaço Cultural a exposição intitulada “Prima Cores”.

As três artistas, que já tiveram suas obras expostas anteriormente no Espaço Cultural, acreditam que essa união de estilos diferentes de arte foi muito positiva para o aprimoramento e a interação artística.

“O principal objetivo dessa exposição é trazer aos visitantes um sentimento de magia e fascinação referentes à infância”, salienta Renata Leitão.

A mostra ficou aberta para visitação do público até o dia 20 de outubro, das 8h às 19h.



S nia Guimarães



Dalva Sobral

Onde está sua felicidade?



Na véspera do dia das crianças, na fila do caixa das Lojas Americanas, inevitavelmente, escutei um casal conversando. O marido perguntou: “Sabe qual é a Barbie mais cara que existe?”. A resposta veio em seguida, sem nem dar tempo para a esposa pensar: “É a Barbie divorciada, que vem com a casa, a cama, o armário, a cozinha, a piscina, o carro, o cavalo e até com o avião do Ken!”.

Não achei lá muita graça, mas a piada me fez pensar na Barbie. Ela é mesmo uma boneca diferente, parece que nunca está completa. Os fabricantes estão sempre lançando um novo “complemento”. E nem adianta comprar o novo objeto, logo haverá um outro a ser comprado. É como a cenoura na frente do burro... nunca será comida.

Esta pitada de infelicidade que acompanha a Barbie é a regra fundamental da sociedade consumista: é preciso que as pessoas não se sintam felizes com o que têm para que trabalhem e comprem aquilo que não têm.

“Mãe, compra pra mim... Eu quero tanto!”

E lá estamos nós, pais e filhos, presos numa arapuca consumista.

Em uma antiga propaganda, um garotinho sorridente mostrava a tesoura do Mickey em sua mão e falava a um outro, que estava triste e cabisbaixo: “Eu tenho, você não tem!”.

Desde pequenos somos induzidos a pensar que estamos infelizes porque não temos algo. Se tivéssemos, seríamos felizes. O jeito de ser feliz é comprando.

A verdade é que as crianças pequenas

são capazes de se alegrar com brinquedos que não são como a Barbie. Elas se alegram jogando dominó, empinando pipa, fazendo bolinhas de sabão ou comidinhas de faz-de-conta.

As crianças pequenas divertem-se com coisas simples porque para elas tudo é espantoso: uma nuvem, um ovo, uma pedra, uma minhoca. Elas têm os olhos dotados daquela qualidade que para os gregos era o início do pensamento: a capacidade de se assombrar diante do banal. Elas vêem coisas que nossos olhos adultos já não vêem.

Talvez essa seja a saída para a arapuca do consumismo – voltar a ver o mundo com olhos de criança que ainda não pede a Barbie, colocar nossa felicidade bem ao alcance das nossas mãos.

Acho que era isso que a Adélia Prado queria quando rezou: “Meu Deus, me dá cinco anos, me dá a mão, me cura de ser

grande...”.

Nietzsche sugeriu que “a maturidade de um homem é encontrar de novo a seriedade que tinha quando criança, brincando”. O centro da filosofia de Nietzsche é o retorno à infância. Segundo ele, nossa trajetória começa como camelos, animais de carga, que obedecem à voz do dono. Depois, passamos por uma primeira metamorfose, o camelo transforma-se em leão, guerreiro, dono de sua vontade. Por fim, uma última mudança ocorre: para que a vontade do leão se realize, ele se transforma em criança, que só faz brincar.

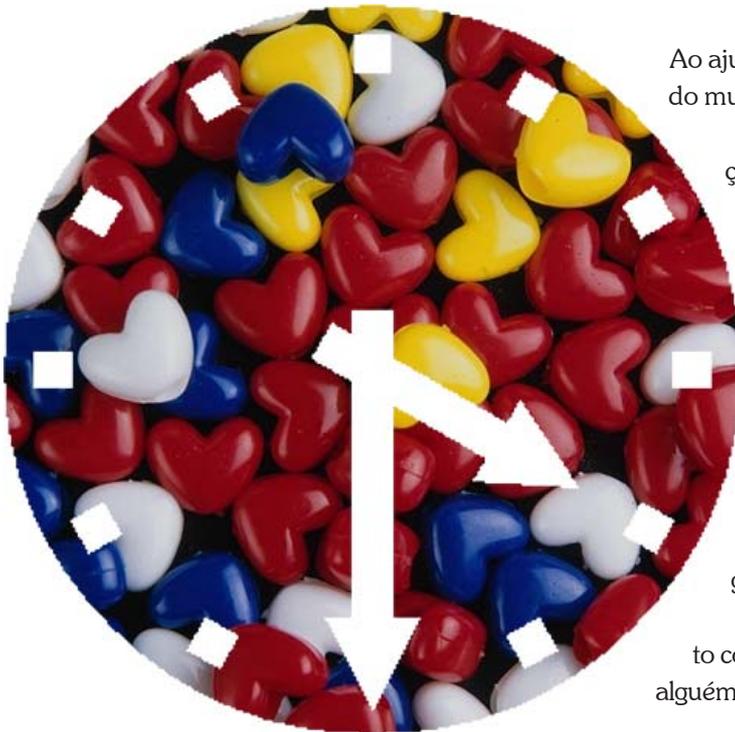
São muitos os estudos da psicologia das crianças. Estudamos as crianças para ensiná-las a viver no mundo adulto. É uma pena que não existam estudos com o objetivo contrário: ensinar aos adultos a maneira de ser das crianças, que colocam sua felicidade no ser e no fazer, não no ter.

Daniella Meira Lima

Psicóloga do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e pós-graduada em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de Brasília. E-mail: daniella.lima@trf1.gov.br



Doar tempo é doar amor



Ao ajudar alguém ou alguma instituição, você estará auxiliando muito mais a si próprio. Acredite.

Quando nossas mãos e nosso coração se abrem em direção ao próximo, sentimos uma sensação de dever cumprido, de que fazer o bem “é estar de bem consigo próprio”.

Todos nós podemos servir ao outro filiando-nos às instituições já existentes. E são muitas, cada uma atende a um determinado grupo: crianças, idosos, pessoas abandonadas e doentes, todos esperando nossa contribuição, nosso engajamento voluntário em uma atividade.

Doar o tempo, o trabalho ou nossa presença é tão importante quanto fazer uma doação em espécie. Ser voluntário é mais do que um gesto de cidadania, é um gesto de amor.

Como ser voluntário? É muito simples. Entre em contato com uma das instituições abaixo e não esqueça que existe alguém esperando ansiosamente por você!



Centro de Valorização da Vida

Atende gratuitamente às pessoas que em momentos difíceis desejam desabafar suas angústias ou sofrimentos. Voluntários precisam fazer curso de formação.

Informações: 326-4111

Centro de Voluntariado do Distrito Federal

Presta apoio a várias instituições sociais e disponibiliza os contatos por meio do [site www.voluntarios.org.br](http://www.voluntarios.org.br).

A entidade procura doentes de Aids e voluntários dispostos a ajudá-los.

Informações: 345-1631

Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista

Atende a soropositivos e seus familiares. Sobrevive graças a doações e trabalho de voluntários.

Informações: 331-3556

Exército de Cristo

Depende de doações voluntárias para hospedar os portadores de HIV. A entidade oferece professores para oficinas de malharia, serigrafia, sabonetes artesanais, velas e arte com meia de seda.

Informações: 377-3997

Clube do Ledor

Fica na biblioteca do Centro de Ensino Especial para deficientes visuais (612 sul). Os alunos contam com a ajuda de voluntários que lêem livros, revistas e jornais e os auxiliam no reforço escolar.

Informações: 345-1631

Comunhão Espírita de Brasília

A entidade cadastra voluntários para ajudar em várias atividades, com atuação em creches, abrigos e outros.

Informações: 226-1397/272-1808

Terapia do Toque

Voluntários aplicam massagens em crianças e idosos de instituições beneficentes. Oferece ainda cursos com técnicas de massagem.

Informações: 347-2009/9963-2986



Decisões das Seções

Cobrança da assinatura básica é mantida

A Justiça Federal determinou não ser obstada a cobrança da assinatura básica mensal dos serviços telefônicos. A decisão do Juiz Federal da Seção Judiciária do DF, Itagiba Catta Preta Neto, foi de conceder a liminar à Brasil Telecom para que esta não sofra nenhuma sanção por descumprimento de lei distrital que proibiu a cobrança da chamada assinatura básica mensal dos serviços de telefonia.



DF

O magistrado explicou que em decisão anterior já havia manifestado entendimento da matéria no sentido de se contrapor ao argumento de que a cobrança da assinatura é ilegal devido à ausência de contraprestação em serviços para o consumidor e à caracterização de incidência de dupla tarifação. Dispôs o magistrado que o simples fato de o aparelho telefônico estar disponível para receber chamadas, representando um serviço à disposição do consumidor, e o de ser necessária tecnologia dispendiosa para o funcionamento do sistema justificam a cobrança da assinatura básica.

2004.34.00.029916-0/DF

Audiência para acordos de mutuários com a CEF

Foi das 9 às 15 horas a audiência conjunta presidida pelo Juiz Federal da 1ª Vara, Mark Yshida Brandão, da Seção Judiciária de Rondônia, envolvendo 27 mutuários e a Caixa Econômica Federal, com a qual se visava a acordos em relação ao reajuste dos contratos relativos a imóveis adquiridos pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Dos 27 casos em pauta, dez já chegaram a bom termo, com a homologação imediata dos acordos feitos entre as partes. Nos outros processos foram concedidos 30 dias para que os envolvidos se reunissem e chegassem, administrativamente, a um entendimento, comunicando, a seguir, ao Juízo. Iniciativa como essa, visando acelerar a conclusão desse tipo de ação, já aconteceu, segundo informações da CEF, no Acre, Paraná e Brasília.

Até o final do ano, novas audiências serão realizadas, não só no âmbito da 1ª Vara, onde existem cerca de 30 outros processos idênticos, mas também nas ações em trâmite na 2ª e na 3ª Vara da Justiça Federal em Rondônia, num total de aproximadamente 100 feitos. Um exemplo de acordo feito: uma dívida de R\$ 196 mil foi quitada pelo mutuário, que pagou, a vista, R\$ 23 mil.



RONDÔNIA



Rádio Comunidade autorizada a funcionar novamente

Autorizado pelo TRF-1ª Região o funcionamento da Rádio Comunidade FM Jovens de Sítio Novo no Maranhão; desconstituído, portanto, o “termo de lacração” lavrado pela Fiscalização do Ministério das Comunicações ainda em fevereiro de 1998. Proibida de funcionar por não apresentar anuência da União – autoridade que tem competência exclusiva para explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens – a Rádio recebeu o aval de retorno, em julgamento da 5ª Turma do TRF-1ª Região. O Desembargador Federal João Batista Gomes, relator, construiu seu voto com base no entendimento de que “a competência

como poder ou direito subjetivo do Estado transforma-se em dever de atender à finalidade pública e, conseqüentemente, as prerrogativas de poder tornam-se prerrogativas de dever”, o que vale concluir que a União não tem o poder, mas o dever de propiciar à sociedade os serviços públicos, incluindo o de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Acrescentou o magistrado em sua decisão que “a repressão das rádios instaladas sem autorização só poderia ocorrer se o Estado cumprisse seu dever constitucional de prestar o serviço” e concluiu afirmando serem “as rádios comunitárias a esperança de colocação dos serviços públicos de comunicação de massa na direção correta”

AMS1999.01.00.013489-4/MA

Inscrições para concurso da ANEEL voltam à normalidade

As inscrições para concurso público para o cargo de Especialista em Regulação da ANEEL voltam a sua continuidade por determinação do Desembargador Federal vice-presidente no exercício da presidência, Mário César Ribeiro.

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do DF (CREA) havia conseguido suspender as inscrições ao alegar para o Juízo Federal ilegalidades do Edital no critério de seleção para o cargo de que trata os critérios do referido concurso. O CREA argumentou que o Edital extrapolou os contornos da lei ao aceitar as inscrições de candidatos que não engenheiros. O Juízo de 1º grau entendeu, em concordância com o Conselho, que o co-

nhecimento exigido para o preenchimento dos cargos é voltado para profissionais com formação em engenharia elétrica.

O Desembargador Federal do TRF-1ª Região, ao analisar a questão, observou que a lei não exige formação específica em Engenharia para o preenchimento do cargo de Especialista em Regulação, mas tão-somente, que a carreira seja composta de cargos de nível superior. Além disso, o desembargador constatou que o cancelamento implicaria risco à ordem pública, tendo em vista as informações prestadas pela ANEEL de que enfrenta sérios problemas por carência no quadro de pessoal para exercer a regulação do setor elétrico.

SS 2004.01.00.044732-0/DF

Reajuste de benefícios suspenso

Suspensa decisão que obrigava o INSS a pagar, depois de rever cálculo, os benefícios previdenciários dos segurados da previdência social, residentes no estado de Goiás, cuja renda mensal inicial tiver sido ou houver de ser calculada computando-se os salários-contribuição referentes a fevereiro de 1994. O cálculo deveria guiar-se pelo valor integral do IRSM de fevereiro de 1994, no percentual de 39,67%. O Desembargador Federal Mário César Ribeiro, no exercício da presidência do TRF-1ª Região, suspendeu a decisão que determinava a revisão dos benefícios por entender que, com a ausência de previsão orçamentária da autarquia, poderia causar grave lesão à ordem econômica. O pedido liminar concedido em 1ª instância para determinar ao INSS a revisão e o reajuste da renda foi feito pelo Ministério Público em ação civil pública; a respeito da qual, o Desembargador Federal ressaltou a ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar esse tipo de ação em concessão de benefício previdenciário.

SS 20040100042315-7/GO

Outros releases disponíveis na página www.trf1.gov.br – Setoriais – Comunicação Social – Notícias. Acompanhe:

- Incêndio do Parque Nacional de Brasília será objeto de processo judicial
- Acusado de crime de tráfico de drogas é mantido preso.
- Pedido de auxiliar de farmácia para inscrição no Conselho continua negado
- Código Penal Militar aplica-se a militar da reserva

O JUDICIÁRIO E A ONU – o fato e sua reflexão*

A visita ao Brasil do “Relator Especial” sobre a “Independência dos Magistrados e Advogados” reflete a atuação da ONU no âmbito da tutela dos direitos humanos e, mais especificamente, de sua Comissão de Direitos Humanos-CDH, à qual se vincula o “Sistema de Relatores Especiais”. A legitimidade dessa atuação é de natureza extraconvencional, independendo de pactos ou convenções específicos, e tem fundamento nos princípios e regras mínimas que emergem da Carta das Nações Unidas, de 1945.

Não há qualquer novidade nos mandatos conferidos pela ONU aos “Relatores Especiais”. Sua primeira ocorrência deu-se em 1952, e, desde então, já foram constituídos 42 mandatos geográficos – definidos em razão de certo país ou região – e 24 mandatos temáticos – em razão de tema específico –; neste último, inserida a questão da independência da Justiça, à qual já se submeteram países como a Inglaterra, a Bélgica e o México.

Ao “Relator Especial” cabe avaliar, analisar e estudar as situações de persistente violação aos direitos humanos, reunindo provas e apresentando Relatório à CDH, não tomando decisões. Suas conclusões podem implicar a promoção de medidas preventivas, corretivas, protetoras e até mesmo sancionadoras pela ONU, tudo, evidentemente, a se efetivar no complexo campo das relações internacionais.

Essa a dinâmica, apenas parcial e em esforçada síntese, na qual se desenvolve parte da tutela internacional dos direitos humanos, baseada em mais de 140 instrumentos internacionais. Descortinados os fatos, cabe refletir se há algum mal na visita ao Brasil de um emissário da ONU para conhecer as entranhas do Poder Público no que toca à independência da Justiça – magistrados, Ministério Público e advogados –, ou mesmo se por esta iniciativa podem-se admitir as impressões de indevida intromissão internacional em assuntos internos.

No plano internacional, a emancipação dos direitos humanos encontra o seu maior desafio centrado na efetiva satisfação daqueles direitos, e de modo que não se reduzam à percepção de se tornarem mero catálogo de boas intenções, ou, na expressão de LUIGI FERRAJOLI, direitos vazios. Passam por este desafio os intentos em se criar e expandir a cultura dos DDHH, o incentivo a práticas de interação que os favoreçam como

valores inalienáveis e que levem à idéia de sua universalidade e indivisibilidade, impondo-se seu respeito, cumprimento e não-violação. Fracassando a promoção àqueles direitos, havendo violação persistente, entra em cena sua proteção, com os instrumentos técnicos, políticos e jurisdicionais próprios do direito internacional público. Nisso se destaca o relevante papel protagonizado pela ONU, indispensável a reforçar a idéia de que a tutela aos direitos humanos, decorrente daqueles valores, é preocupação supraestatal, global, extrapolando os domínios reservados aos Estados e ultrapassando suas barreiras territoriais, longe, assim, de ser um tema submetido aos limites da soberania, e por isso nem mesmo havendo espaço para se definir sua tutela inspirado na “tentação de Procusto”, de modo a se limitá-la ao tamanho que entendemos necessário.

Na abordagem moderna do embate direitos humanos/soberania, a pessoa é defendida também contra o próprio Estado de que é cidadão, e daí não se justificando as reações de haver intromissão dos emissários da ONU nos assuntos internos do país, denegando ou subestimando nossa independência e soberania. No caso brasileiro, assim como dos demais países civilizados, a tutela internacional reflete e se coaduna com o pleno exercício da própria soberania, em vista da opção, soberana, da proteção incondicional aos direitos humanos, inclusive elegendo o texto constitucional aquela categoria de direitos como fundamento, objetivo e princípios do Estado brasileiro.

Em um país com profundas distorções sociais, culturais e econômicas, com a exclusão de tantos ao mínimo indispensável a uma vida digna, a realização dos direitos humanos revela-se com alcance desafiador. E neste desafio impende quebrar barreiras e desconstruir equívocos. Não é de mais lembrar as palavras de JEAN-BERNARD MARIE, ao advertir que os direitos do homem constituíram uma aquisição de indiscutível dimensão planetária ao longo da segunda metade do século passado, mas é necessário saber também que esta aquisição não tem nada de absolutamente irreversível e que sua credibilidade se encontra constantemente submetida à prova dos fatos.

***Alexandre Vidigal de Oliveira**

Juiz Federal da 20ª Vara/DF, Doutorando em Direitos Fundamentais pela UCIII, de Madrid, Espanha



Roraima

Palestra sobre cidadania na escola

Em comemoração do Dia da Cidadania, 5 de outubro, instituído pelo Fórum Nacional de Comunicação e Justiça, o diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos, compareceu à Escola Municipal Martinha Thury, localizada na periferia de Boa Vista, onde fez uma palestra aos alunos da 5ª e da 6ª série sobre o tema cidadania. A curiosidade dos estudantes chamou a atenção de todos. A maior parte das perguntas referiu-se a abuso sexual, indicativo de que o problema é grave na área. A escola já recebeu prêmios nacionais de qualidade de ensino e de projetos educacionais de elevado cunho social. Ao final da apresentação, foram distribuídas 200 cartilhas enviadas pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB).

Tocantins

Semana da Qualidade de Vida

A Diretoria do Foro da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, em parceria com a Assejuf – Associação dos Servidores da Justiça Federal no Estado do Tocantins – e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT/TO)/ Comitê de Tocantins, realizaram, no período de 18 a 23 de outubro, a Semana da Qualidade de Vida, que agregou dois grandes eventos realizados na Seccional: a Semana de Artes e a Semana de Saúde. O acontecimento com o slogan “invista em você” mobilizou grande parte dos servidores, que puderam mostrar seus talentos em várias oficinas que foram facilitadas alguns meses antes da Semana da Qualidade. A programação foi extensa: palestras, oficinas de culinária, de origami, artesanato, ervas medicinais e temperos, sabores tropicais, teatro e de música. O hall da Seccional foi local de exposição dos trabalhos realizados nas oficinas, e os participantes da oficina de música e de teatro apresentaram, respectivamente, a história da música popular brasileira e a peça “três contos que eu vou te contar”, da psicopedagoga Lou de Olivier. Foram realizados também os concursos de fotografia, com o tema “Tocantins – 16 anos”, e o concurso de culinária, que aconteceu juntamente com o jantar de encerramento oferecido aos magistrados, servidores e dependentes, estagiários e a convidados. O evento teve como patrocinadora a Caixa Econômica Federal, parceira, desde a primeira edição, da Semana de Artes.

Foto: Roberto Toshiharu



Oficina de artesanato

Amazonas

II Jornada Jurídica da Seção Judiciária do Amazonas

No dia 24 de setembro, a Seção Judiciária do Amazonas realizou a II Jornada Jurídica em comemoração do 37º aniversário de sua implantação. O evento foi dividido em dois momentos: pela manhã, houve palestras com a Diretora do Foro, Maria Lúcia Gomes de Souza, e com o Diretor da 5ª Vara, Glicério de Angiolis Silva, que ministrou a palestra “A Justiça Federal e sua Competência”. Além da presença dos servidores da Seccional e

de autoridades, compareceram ao evento, acadêmicos do curso de Direito das faculdades públicas e particulares de Manaus. Foi servido um delicioso *coffee break* a todos os participantes. À tarde, aconteceu a Premiação de Incentivos Funcionais, versão 2004. Foram agraciados por Tempo de Serviço – 10 anos – os servidores Alex Sandro Almeida Mattos, Aurora Bezerra de Araújo, Karla Nogueira Durand, Maria Elcina de Andrade Nascimento, Maria Elieide Machado L. Magalhães, Pedro Augusto da Silva Ferreira e Tanira Rozane Eder Martins. Por Honra ao Mérito, receberam prêmios: Glaura Reis Credie, Lillian Mara de Almeida e Silva, Vera Helena C. M. Barbato, Laura Emília Ferreira Barbosa, Cristiane Lins Falcone da S. Soares, Paula de Paula Gomes, Edson Souza e Silva, Luciana de F. A. de Almeida Peixoto, Roberto Camurça Afonso e Carlos Roberto Santiago de Meneses. A unidade administrativa agraciada com o Prêmio Destaque Institucional foi a Segunda Vara, com o projeto Vara Zero. Após a solenidade, os homenageados receberam felicitações dos convidados em agradável coquetel, com deliciosas iguarias. Para realização de tão bela comemoração, a Diref recebeu apoio da Caixa Econômica Federal.



Foto: Glauber Felipe Santos

Acadêmicos do curso de Direito assistem à palestra

Rondônia

Turma Recursal do JEF ganha obra de arte

A artista plástica rondoniense Maria de Fátima do Amaral Lins doou à Seção Judiciária de Rondônia um quadro de sua autoria, que ficará exposto numa das salas da Turma Recursal. A solenidade de assinatura do termo de doação foi presidida pelo diretor do Foro, juiz federal Murilo Fernandes de Almeida, seguindo-se um coquetel.

A obra artística é denominada *Big Bang* e tem dimensão de 1,60 m x 3,15 m, tendo sido feita por meio de uma técnica mista de tinta a óleo com massa de modelar. O trabalho já esteve exposto na Casa de Cultura Ivan Marrocos, em Porto Velho. Maria do Amaral Lins explicou que ao doar um trabalho seu à Justiça Federal foi movida pela intenção de colaborar para que a ambiência da Casa favoreça o bem-estar de todos que nela desempenham atividades profissionais, “pois entendo que direito e arte podem conviver harmonicamente no mesmo espaço físico”.

Maranhão

Encontro de aposentados

“Servidor Público Federal: Perspectivas em face das Reformas Constitucionais”: esse foi o tema do I Encontro dos Servidores Aposentados da Seção Judiciária do Maranhão, realizado em agosto pelo Comitê do PGQVT.

Na abertura, os participantes assistiram a um vídeo com seus próprios depoimentos sobre os benefícios da aposentadoria. A seguir, a servidora Fabriciana Gutemberg Mendes, da Selep, e o advogado Pedro Duailibe Mascarenhas deram uma palestra sobre as questões que envolvem a aposentadoria. Depois houve uma grande confraternização, quando foi servido um lanche, e feita a distribuição da cartilha “Aposente-se: um guia que prepara os servidores para a capacidade de ser e a qualidade de viver”.

Goiás

Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Goiás

De 20 a 30 de setembro, sob a presidência da Desembargadora Federal Assusete Magalhães, Corregedora-Geral da Justiça Federal da 1ª Região, foi realizada a Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Estado de Goiás. Para realização dos trabalhos, a Corregedora contou com o auxílio dos Juízes Federais Jamil Rosa de Jesus e Vânia Cardoso André de Moraes, de servidores do TRF da 1ª Região, além da colaboração dos magistrados e dos servidores da Seção Judiciária de Goiás. O encerramento oficial da correição aconteceu no dia 30, no auditório da seccional. Ao início da cerimônia, o Diretor do Foro, Juiz Federal Leão Aparecido Alves, agradeceu a passagem da Corregedora e de sua equipe e elogiou a forma como os trabalhos de correição foram desenvolvidos, procurando, incansa-

velmente apresentar sugestões a todos os magistrados e servidores, escutando as reivindicações feitas e manifestando interesse em solucioná-las. Em seguida, dada a palavra à Corregedora-Geral, ela destacou a importância do comparecimento da corregedoria às seccionais, pois se verificam, de perto, os problemas de cada setor. Disse, também, que a correição tem por objetivo principal atuar de forma preventiva, visando corrigir eventuais falhas existentes na estrutura da Justiça Federal de 1º grau. A Corregedora informou que basicamente se ateu a processos paralisados há mais de 60 dias. Falou, também, da importância de as estatísticas corresponderem à realidade das Varas, pois o Tribunal poderá atuar para sanar eventuais problemas. Ressaltou ainda que a Seccional de Goiás é uma das mais bem

Foto: Kássia Martins



Desembargadora Federal Assusete Magalhães e Juiz Federal Leão Aparecido Alves

estruturadas da 1ª Região, contando com a excelência de seus magistrados e o apoio valioso de seus servidores, onde a harmonia entre estes contribui para o bom funcionamento dos trabalhos.

Uberlândia/MG

Cursos preparatórios dos Juizados Especiais Federais

Foram realizados, no auditório “Jirair Aram Megueriam”, da Subseção Judiciária de Uberlândia, os cursos preparatórios para os servidores e estagiários que irão atuar no Juizado Especial Federal a ser instalado na cidade de Uberlândia/MG, com data prevista para após o dia 20 de novembro de 2004.

Os cursos aconteceram nos dias 20, 21 e 22 de outubro e, também, nos dias 27 e 28, por instrutores pertencentes ao quadro de servidores da Seção Judiciária de Minas Gerais, e teve abertura com participação da Juíza Lana Lígia Galati, Coordenadora do Juizado Especial Federal em Uberlândia.



Qualidade de vida diminuindo o efeito do estresse

Diminuir os efeitos do estresse que comprometem o bem-estar, o bom desempenho no trabalho e a qualidade de vida dos servidores. Foi com esse objetivo que o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT) criou o espaço “De Bem com a Vida”.

Em um ambiente tranqüilo, magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários poderão desfrutar de alguns minutos de relaxamento sem que isso atrapalhe o andamento do trabalho.

No espaço, os interessados irão poder realizar massagens expressas manuais, com massagistas especializados, e massagens eletrônicas. Esteira e massageadores com infravermelho ficam à disposição, a qualquer momento, na sala; já as massagens manuais necessitam de agendamento prévio e são realizadas também no Edifício Sede do Tribunal.

O primeiro espaço “De Bem Com a Vida” foi inaugurado pelo presidente em exercício, Desembargador Federal Mário

César Ribeiro, no dia 08 de outubro. A solenidade contou com a presença do Diretor-Geral Rubens Murga, do Secretário-Geral Paulo Cardoso, do Diretor da Secretaria de Administração, William Santos, da Diretora da Secretaria de Programas e Benefícios Sociais, Sônia Maria Garcez, além de dirigentes e servidores do Tribunal.

Segundo a coordenadora do PGQVT, Ruth Maria Cruz Vaz, o espaço pretende auxiliar os servidores para que estes “possam ter um momento seu, de reflexão, e que consigam realmente recarregar suas energias para desempenhar melhor suas funções”.

O PGQVT pretende instalar em breve novos espaços como esse nos outros edifícios do Tribunal.

Para utilizar o espaço “De Bem Com a Vida”, localizado no 2º subsolo do Edifício Adriana, basta pegar a chave no Núcleo de Segurança do edifício e seguir as instruções afixadas no local. O novo ambiente de relaxamento fica à disposição às quartas e sextas-feiras, das 13:30h às 16:30h. O agendamento das massagens manuais pode ser feito pelos telefones 314-5390, 9225-3095 – Patrícia –, 9294-9309 – Roberto –, 568-5977 – Teresa – ou, ainda, 9905-6706 – Laurene.



O Presidente em exercício Mário César Ribeiro e dirigentes

Os efeitos do estresse

O estresse pode afetar o organismo de diversas formas, e seus sintomas podem variar de pessoa para pessoa. O excesso de estresse pode causar desde dores pelo corpo e queda de cabelo até sintomas sérios como hipertensão e problemas no coração. Em uma empresa, a produtividade sofre quedas, o clima fica tenso e as relações interpessoais sofrem um impacto negativo.

Além disso, o estresse pode provocar falta de concentração, impaciência, dores de cabeça, insônia, taquicardia, queda de cabelo, gastrite, dermatoses, esgotamento físico, infarto cardíaco, hipertensão, depressão e síndrome do pânico; e uma infinidade de doenças, tanto físicas como mentais e emocionais, podem instalar-se.



Sessão de massagem expressa manual

Posse em cargos e funções do Tribunal

O Presidente do Tribunal, Aloísio Palmeira, empossou, no dia 20 de setembro, no Gabinete da Presidência, a servidora Maria Reis Costa como Diretora da Divisão Administrativa e Financeira da Secbe.

Estiveram presentes à solenidade o Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso e a Diretora da Secbe, Sônia Maria Garcez.

No dia 06 de outubro, George Neves Lodder foi empossado pelo Presidente no cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa.

O Diretor-Geral Rubens Murga, o Secretário-Geral Paulo Cardoso, Ricardo Newman, do Banco do Brasil, além de servidores da Casa, participaram da solenidade de posse.

Após a cerimônia, o Presidente Aloísio Palmeira parabenizou o empossado, desejando-lhe pleno êxito em sua nova função, e deu as boas-vindas ao “novo componente da grande família do TRF-1ª Região”.

Em 08 de outubro, o Presidente do TRF-1ª Região em exercício, Mário César Ribeiro, empossou, em seu gabinete, os servidores José Carlos de Oliveira – como Coordenador da Corte Especial e das Seções –; Agnaldo Bocchino – Coordenador de Registros e Informações Processuais –; Lindanir Yazue Irie – Assessora de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência.

Em breve discurso, o Vice-Presidente Mário César Ribeiro parabenizou os empossados e ressaltou: “Mais do que competência, é necessário que cada um faça a sua parte, propiciando, assim, um clima de harmonia no ambiente de trabalho”.

O Vice-Presidente aproveitou para destacar a grande importância do trabalho realizado por Ênio Vidigal durante muitos anos à frente da Coordenadoria da Corte Especial.



A nova empossada (centro) Maria Reis Costa recebe o cumprimento de suas colegas de trabalho



O Presidente Aloísio Palmeira ladeado, à esq., pelo empossado George Lodder e pelo representante do BB, Ricardo Newman, e, à dir., pelo Secretário-Geral Paulo Cardoso e pelo Diretor-Geral Rubens Murga



O Presidente em exercício ladeado pelos empossados e por dirigentes



Assejupe realiza grande festa para crianças



As crianças pulavam de alegria na festa oferecida pela Assejupe.



A criançada divertiu-se com as brincadeiras conduzidas pelo animador



No início, nem a ameaça de chuva atrapalhou. Depois, o sol veio para dar mais brilho ainda à festa.

Os sorrisos brilharam no semblante das crianças que estiveram no Centrejupe no dia 12 de outubro. Foi o efeito causado nos pequeninos presentes à festa realizada pela Associação dos Servidores da Justiça Federal (Assejupe) para homenageá-los pelo seu dia. Entre as diversas atrações, havia brinquedos infláveis, pipoca, máquina de dança, gincana e um animador de festas vestido de palhaço. Ele promoveu diversas brincadeiras com as crianças, envolvendo seus pais, levando muita alegria a todos e estimulando a integração dos associados.

Segundo informou a Associação, a festa contou com a presença de cerca de 450 crianças associadas e de 50 crianças convidadas.

No local foi distribuído para crianças de dois a 12 anos um kit que deu direito a cachorro-quente, minipizza, refrigerante e crepe.

A festa foi patrocinada pelo Banco do Brasil.

Todos os anos, a Associação promove, com o objetivo de integrar seus associados, além da festa das crianças, a festa do dia das mães e outros eventos.



As crianças puderam deliciar-se com algodão-doce, cachorro-quente, pipoca, refrigerantes e picolés.



A Alegria da festa, o palhaço, divertiu até os mais pequeninos homenageados no Dia das Crianças



O futebol de sabão inflável, que oferece mais segurança, foi uma das atrações mais procuradas pela criançada.



Havia brinquedos para todos os gostos infantis: dos mais calmos aos mais inquietantes, como o high jump

Segurança e o preço da eterna vigilância Será que aprendemos a lição?

Quem não se lembra do filme “Um Tira no Jardim de Infância”, em que o ator *Arnold Schwarzenegger*, disfarçado de professor em um jardim de infância (sendo um policial conceituado), simplesmente se perde ao organizar a saída de crianças em uma simulação de incêndio? Logo depois, passada a vergonha e com muito treino e seriedade, desenvolveu a contento o abandono seguro do local pelas crianças em uma situação de real necessidade.

Pois bem, tratava-se apenas de uma ficção, mas na vida real podemos aprender com esses erros antes que aconteçam conosco e não tenhamos tempo para voltar à cena; é real, e a realidade já resultou em muitas perdas humanas, simplesmente porque as pessoas não tiveram calma suficiente ou treinamento adequado para enfrentar uma situação de emergência, por exemplo, um incêndio.

Ed. Adriana, 14h30min do dia 28 de setembro de 2002: para muitos servidores, estagiários e prestadores de serviço, um dia difícil de ser esquecido.

Uma fagulha de solda no sistema de ar condicionado foi o suficiente para desencadear, em alguns segundos, um rápido processo de incêndio naquele edifício, atingindo, por completo, todo o pavimento térreo da edificação e parte da sobreloja.

Felizmente, nenhuma das pessoas envolvidas no episódio sofreu lesão de maior gravidade. As conseqüências do incêndio foram perdas materiais, paralisação temporária de algumas atividades e, de resto, um grande susto.

Ironicamente, em 1996, durante a 1ª Exposeg, Exposição de Segurança do TRF 1ª Região, o Serviço de Segurança fez circular, entre todos aqueles que ingressavam no complexo de prédios do Tribunal, um folheto produzido por uma das unidades, onde uma manchete “colada” noticiava fictivamente um princípio de incêndio em um dos edifícios do Tribunal. O texto procurava chamar a atenção de todos sobre os cuidados com a prevenção e a importância de se conhecer, ao menos um mínimo, os recursos e meios empregados numa situação de emergência. O enfoque era para a necessidade de as pessoas compreenderem que, no que se refere à Segurança, “a responsabilidade é de todos”, e não apenas daqueles que lidam com o segmento no seu dia-a-dia, ou seja, Agentes de Segurança e Bombeiros. Saber correr ou poder correr somente não basta, muito pelo contrário, correr, impensadamente, para qualquer lado, numa situação de emergência, poderá significar um grave erro contra a própria vida.

As emergências ocorrem sem qualquer aviso prévio. Quando ocorrem, o cenário é de crise, normalmente não há tempo para

a elaboração de medidas, organização de equipes e muito menos de realização de treinamento específico.

O grande problema da contingência nas organizações é a aceitação de que o risco sempre existe e que este pode vir a ocorrer. Por ser uma incerteza, a tendência do comportamento humano é negligenciar medidas preventivas voltadas para algo improvável de acontecer. Naturalmente somos levados a acreditar que nunca passaremos por situações de risco.

O objetivo principal deste tipo de treinamento é a aquisição do reflexo condicionado, por parte da equipe de segurança (e de todos os envolvidos), e a validação das normas e equipamentos disponíveis, além de propiciar queda de tensão, por parte dos executores, quando da ocorrência de um verdadeiro sinistro.

A eficácia do treinamento só será alcançada quando as simulações tiverem uma planificação real da situação de emergência. O grau de realismo deverá ser alcançado, permitindo verificar a capacidade de:

- resposta da equipe;
- revisão dos planos de segurança;
- identificação das deficiências nos planos operacionais;
- correção dos problemas levantados e controle das ações do sistema para o êxito de uma próxima missão.

Um exercício de simulação, além de todos os benefícios extraídos, constitui, ainda, fator motivacional para a equipe de participantes e fator determinante para o estabelecimento de uma cultura de prevenção numa organização.

Concluindo, a estratégia da simulação de situações de emergência permite um treinamento direcionado e com grande variedade de ações de segurança.

As pessoas treinadas nesse tipo de exercício adquirem o reflexo condicionado, onde a calma e a frieza são fatores básicos para a eficácia operacional.

Basta ressaltar apenas que o reflexo condicionado não se adquire em um só treinamento, mas sim em doses homeopáticas, pois a continuidade é o seu maior segredo.

A elaboração e implantação desta política de treinamento não só disciplina a ação, mas também pode constituir-se no grande vínculo entre a gestão global da organização e o nível de segurança que se deseja alcançar.

Agnaldo Dias de Souza

Agente de Segurança de Carreira do TRF-1ª Região, Especialista em Segurança Corporativa, Pós-Graduando em Segurança Pública, Graduado em Administração de Empresas e em Direito. Exerce atualmente o cargo de Diretor da Divisão de Segurança e Serviços Gerais.





Gente em Destaque

Voluntariado em dose dupla

As servidoras aposentadas do TRF-1ª Região, Ivone Aparecida de Paula e Maria do Rosário Monteiro, encontraram um meio de colaborar, de compartilhar alegrias e aliviar sofrimentos, de melhorar a



Ivone Aparecida de Paula

qualidade da vida em comum, doando energia e generosidade a crianças necessitadas de amor e carinho.

“Ser voluntária me faz sentir completa e satisfeita por estar contribuindo para a melhoria dos menos favorecidos”, revela Ivone Aparecida, que há 10 anos é voluntária na Abrace e no Larzinho Francisco Cândido Xavier, em Brasília.

Maria do Rosário começou a desenvol-

ver o trabalho voluntário quando se tornou Diretora da Creche Espírita Sementinha de Luz, em Samambaia, instituição que assiste crianças de zero a seis anos em regime diário e em tempo integral. “Atualmente não sou mais diretora, mas continuo visitando os alunos nas quartas-feiras, pela manhã. Cada abraço cheio de amor e reconhecimento de uma criança traz uma sensação imensa de felicidade.”

Tem crescido de maneira admirável, em todos os setores de atividades, a participação de empresas, de grupos e de pessoas isoladamente no desenvolvimento de trabalhos sociais. Não são poucos aqueles que, espontaneamente, se têm dedicado a prestar algum tipo de serviço no sentido de colaborar com os que vivem excluídos de tudo e precisam de mão amiga para sobreviver com alguma dignidade. Em meio aos problemas e dificuldades que, de um modo geral, atingem toda a sociedade, esse traço marcante em alguns sempre deve ser enaltecido, já que ele contribui para que as esperanças de tanta gente não sejam perdidas.

Ivone Aparecida acredita que, se todos fizessem a sua parte, o trabalho de voluntariado poderia ser ainda mais abrangente. “Todos nós podemos ajudar uns aos outros de alguma forma. Se uma pessoa não possui recursos materiais, pode, por exemplo, doar ao próximo, carinho e atenção.”

As ações voluntárias sempre trazem

um grande retorno a quem as pratica, não em termos de salário ou lucro, mas de experiências afetivas, de alegria e do dever cumprido para com o semelhante. “Acredito que o maior beneficiado seja o voluntário. Através desse trabalho, você descobre uma sensação de conforto espiritual indescritível, uma profunda gratificação pessoal”, salienta Maria do Rosário.

Em tempos de disparidades tão grandes, entre os poucos que têm e os muitos que não têm, o trabalho voluntário é a tarefa de pessoas como Ivone Aparecida e Maria do Rosário, que pensam grande, muito além do individualismo, e contribuem, assim, para construir uma sociedade com direitos e distribuição de valores de forma igualitária.



Maria do Rosário Monteiro

“O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos de intervenção.”

(Nações Unidas)

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais - Secbe

Quadro II

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefícios (Dados até 31/07/04)

R\$ 1,00

Benefícios	Valor		
	União	Recursos Próprios	Total
I - Despesas Área Social			
1 - Auxílio Alimentação	22.139.701,66		22.139.701,66
2 - Creche	3.563.032,30		3.563.032,30
3 - Auxílio Transporte	434.951,71		434.951,71
4 - Programa Qualidade de Vida		97.116,79	97.116,79
Subtotal I	26.137.685,67	97.116,79	26.234.802,46
II - Despesas Médicas			
1 - Consultas	1.524.959,21	1.140.643,92	2.665.603,13
2 - Exames Laboratoriais	889.466,46	665.305,26	1.554.771,72
3 - Exames Radiológicos	818.354,39	612.114,61	1.430.469,00
4 - Internações	3.162.795,74	2.365.717,43	5.528.513,17
5 - Psicologia	510.201,01	381.621,80	891.822,81
6 - TFD	-	53.822,43	53.822,43
7 - Outras	2.195.444,60	1.642.155,75	3.837.600,35
Subtotal II	9.101.221,41	6.861.381,20	15.962.602,61
III - Despesas Odontológicas			
1 - Dentisteria	642.266,31	480.404,43	1.122.670,74
2 - Prótese Dentária	774.331,62	579.187,06	1.353.518,68
3 - Periodontia	183.988,42	137.620,25	321.608,67
4 - Radiologia	148.996,75	111.447,07	260.443,82
5 - Endodontia	103.846,22	77.675,23	181.521,45
6 - Outras	332.985,17	249.067,32	582.052,49
Subtotal III	2.186.414,49	1.635.401,36	3.821.815,85
IV - Despesas Área Administrativa			
1 - Fenaserjus	-	1.734.088,63	1.734.088,63
2 - Seguro de Vida	-	228.137,34	228.137,34
3 - Passagens e Hospedagem	-	53.559,31	53.559,31
4 - Outras	-	397.799,59	397.799,59
Subtotal IV	-	2.413.584,87	2.413.584,87
Total Geral	37.425.321,57	11.007.484,22	48.432.805,79

Fonte: DIVAF e SEPLA

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, cirurgia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, INSS autônomos.

Quadro I Demonstrativo de receitas e despesas (2004)

MÊS	UNIÃO				RECURSOS PRÓPRIOS							
	SALDO ANTERIOR	RECEITAS	DESPESAS	SALDO	SALDO ANTERIOR	CONTRIBUIÇÃO	PARTICIPAÇÃO	RENDIMENTOS	OUTRAS	TOTAL	DESPESAS	SALDO
Saldo Dez/03		770.020,00		770.020,00						7.705.714,48		7.705.714,48
jan/04	770.020,00	15.963.000,00	313.635,00	16.419.385,00	7.705.714,48	1.413.658,52	50.840,89	111.262,88	50.979,63	1.626.741,92	779.787,53	8.552.668,87
fev/04	16.419.385,00		369.058,00	16.050.327,00	8.552.668,87	1.412.537,42	53.987,60	91.965,62	30.941,44	1.589.432,08	1.280.711,80	8.861.389,15
mar/04	16.050.327,00		1.038.030,00	15.012.297,00	8.861.389,15	1.377.931,29	66.706,03	92.103,70	109.081,12	1.645.822,14	2.024.414,48	8.482.796,81
abr/04	15.012.297,00		561.007,00	14.451.290,00	8.482.796,81	1.388.281,71	73.089,73	100.904,56	140.382,83	1.702.658,83	1.225.495,84	8.959.959,80
mai/04	14.451.290,00		1.241.920,00	13.209.370,00	8.959.959,80	1.429.017,13	69.507,93	101.169,71	182.205,18	1.781.899,95	1.518.110,08	9.223.749,67
jun/04	13.209.370,00		2.080.488,00	11.128.882,00	9.223.749,67	1.394.425,34	70.507,05	106.734,82	67.683,35	1.639.350,56	1.090.881,10	9.772.219,13
jul/04	11.128.882,00		2.109.602,00	9.019.280,00	9.772.219,13	1.411.112,58	85.488,56	110.075,78	88.393,79	1.695.070,71	933.913,63	10.533.376,21
ago/04	9.019.280,00		1.561.035,00	7.458.245,00	10.533.376,21	1.401.535,42	81.156,99	129.705,25	70.246,22	1.682.643,88	1.039.616,22	11.176.403,87
set/04	7.458.245,00		2.012.855,67	5.445.389,33	11.176.403,87	1.420.944,02	74.780,02	111.853,85	161.683,59	1.769.261,48	1.114.553,54	11.831.111,81
out/04				-								-
nov/04				-								-
dez/04				-								-
TOTAL 2004		16.733.020,00	11.287.630,67	5.445.389,33		12.649.443,43	626.064,80	955.776,17	901.597,15	22.838.596,03	11.007.484,22	11.831.111,81

FONTE: Recursos União - SEPLA; Recursos Próprios - DIVAF.

Obs 1: O "Saldo de Dez/03" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocinios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio Transporte.



Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Respire bem

Espirros, nariz congestionado, febre e tosse são sintomas conhecidos dos moradores de Brasília nos meses da seca. O ar seco, carregado de partículas de poeira, resseca as vias respiratórias, aumentando a secreção. O catarro avança livremente pela “maçã” da face, laringe, faringe, esôfago, até chegar aos pulmões, provocando várias doenças, como, gripe, rinite, sinusite e pneumonia. Esses pequenos problemas podem ser evitados com medidas simples. Conheça algumas delas mais adiante.

- Tome água como medicação, ou seja, sinta-se obrigado a beber bastante líquido, inclusive sucos.
- Umedeça o nariz com soro fisiológico. Não use descongestionantes, porque irritam as mucosas.
- Evite ficar exposto ao sol nas horas mais quentes.
- Evite banhos quentes. Água quente resseca mais ainda a pele.
- Use toalhas molhadas ou baldes cheios d’água para umedecer o ambiente ou use umedecedor elétrico.
- Alimente os bebês com leite materno. Ele contém muita água e protege o bebê de infecções.
- Tenha uma alimentação rica em cereais, verduras e frutas, que ajudam na resistência contra vírus e bactérias oportunistas.

O que é?

Gripe:

Infecção viral que atinge as vias respiratórias e ocorre com mais frequência nos meses frios. É provocada pelo vírus influenza.

Sintomas

Febre, fraqueza, dores musculares, dor de cabeça, de garganta e debilitação do sistema respiratório.

Prevenção

A vacina é a mais garantida forma de prevenção. Terá efeito 15 dias após ter sido feita a aplicação.



Sinusite: É precedida por uma irritação no nariz, provocando o acúmulo de secreção e inflamação nos seios da face.

Sintomas

Nariz entupido, secreção amarelo-esverdeada, dor na face e, se a causa for vírus ou bactéria, febre.

Prevenção

Os alérgicos devem procurar tratamento. Como a gripe pode desencadear uma crise, recomenda-se a vacina.

Rinite: Alergia respiratória que provoca inflamação no nariz, garganta e seios nasais. A doença pode-se manifestar na infância ou apenas na vida adulta.

Sintomas

Coceira no nariz, coriza e espirros sucessivos. Nas crises, inchaço das narinas e congestão nasal.

Prevenção

Evite contatos com os agentes alergênicos, como perfumes, poeira e pêlos de animais. Passe soluções antiácidos no chão e nos móveis.

Pneumonia: Inflamação pulmonar provocada por vírus, fungos, bactéria ou reação alérgica.

Sintomas

Febre alta, fraqueza e mal-estar, calafrios, tosse forte, com muito catarro, e dor no ouvido e na garganta.

Prevenção

Tome a vacina antigripal todos os anos, antes do inverno. O vírus da gripe, o influenza, pode causar pneumonias.



Dicas Culturais



CD: Nando Reis Ao Vivo MTV

Artista: Nando Reis

Gênero: Pop Rock Nacional

Gravadora: Universal Music

Sinopse:

Músicas inéditas, covers eletrizantes e grandes sucessos de Nando Reis registrados pelo músico e sua banda, Os Infernais, estão neste *Ao Vivo MTV*. O projeto reuniu clássicos dos Titãs (“Cegos do Castelo” e “Marvin”), além de músicas gravadas por Cássia Eller (“Relicário” e “All Star”) e J. Quest (“Do seu lado”), e três faixas inéditas. “Dentro Do Mesmo Time” ganhou uma versão ao vivo, mas o grande destaque do repertório ficou para “Mantra”. “Pomar” traz a participação dos jovens gaúchos Ultramen. *Nando Reis Ao Vivo MTV* é um trabalho cheio de surpresas



Livro: O Melhor das Comédias da Vida Privada

Autor: Luis Fernando Veríssimo

Editora: Objetiva

Sinopse:

Veríssimo sabe como ninguém transformar em riso as sutis tiranias, as infidelidades, as paixões fulminantes, os ódios mortais. Em *O Melhor das Comédias da Vida Privada* o escritor gaúcho escolheu suas histórias preferidas do livro que se tornou um clássico do humor brasileiro nos anos 90, numa seleção imperdível que inclui 35 novas crônicas, inéditas em livro. Da crítica política, passando pela comédia de costumes, até a radiografia dos relacionamentos amorosos, este volume reúne histórias engraçadas, delicadas e confessionais que revelam nossas pequenas e grandes tragédias cotidianas. *O Melhor das Comédias da Vida Privada* é o sétimo da série Veríssimo, que vai publicar toda a obra do escritor gaúcho pela Objetiva, em edições cuidadosamente revistas. Atualmente, Luis Fernando Veríssimo escreve todos os dias para os maiores jornais brasileiros. Aprimorou seu texto e seu olhar e transformou-se num dos autores mais admirados do país.

Vídeo e DVD: Go Home-Live From Slane Castle

Banda: U2

Gravadora: Universal

Sinopse:

Go Home é o primeiro lançamento que apresenta a banda U2 tocando em sua terra natal, Irlanda. O show foi realizado em céu aberto para mais de 160 mil pessoas num palco montado ao lado do *Slane Castle* em setembro de 2001.

Este show tem um sabor especial para a banda, pois em 1984, nesse mesmo castelo, eles gravaram o 4.º álbum do grupo, *Unforgettable Fire*, que contém o sucesso *Pride*. Na época, foi gravado um documentário com o *making off* desse álbum, que agora, foi recuperado, remasterizado e lançado, pela primeira vez, como bônus desse DVD.

Vale a pena conferir! O mega show é empolgante e emocionante são mais de 15 músicas dentre elas as famosas *Sunday Bloody Sunday* e *Beautiful Day*.



Site: www.traca.com.br

O site pertence à livraria Ex Libris e hospeda o sebo virtual “Traça” que leva o nome da personagem especialmente criada pelo escritor Luis Fernando Veríssimo. Nele, há diversas formas de buscas para encontrar o livro de seu interesse. Você pode procurar por assunto, por autor, por título ou, até mesmo, raridades, primeiras edições e livros autografados. Essa é uma boa opção para quem quer investir na leitura sem gastar muito.

VIII Concurso Nacional de Monografias



Categoria Profissional

Violência Urbana:

causas endógenas e exógenas e os instrumentos de repressão

PREMIAÇÃO

1º lugar – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

2º lugar – R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

3º lugar – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Categoria Universitário

Ações Afirmativas no Brasil:

sistema de cotas, amplitude e constitucionalidade

PREMIAÇÃO

1º lugar – R\$ 3.000,00 (três mil reais)

2º lugar – R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

3º lugar – R\$ 1.000,00 (um mil reais)

Patrocínio



BANCO DO BRASIL

Programação Visual: DIEDI

Prazo final
10.01.2005

O edital e a ficha de inscrição
estão disponíveis no *site*
www.trf1.gov.br

Local de entrega

Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação – COJUD/SECJU
Setor de Apoio a Comissões – SEPOC

Praça dos Tribunais Superiores, bloco A,
Edifício-Sede, térreo, sala 16
CEP: 70070-900 Brasília/DF
tels.: (61) 314-5356 e 314-5389
e-mail: sepoc@trf1.gov.br